CONVERGENCIA

ABRIL • 1999 • ANO XXXIV • Nº 321

- ✓ O EVANGELHO DA VONTADE DO PAI
- ✓ RECONCILIAÇÃO NA PRÁTICA
- ✓ ECCLESIA IN AMERICA
- ✓ REFUNDAÇÃO DA VIDA RELIGIOSA
- ✓ NOVAS FORMAS DE VIDA CONSAGRADA
- ✓ ANÁLISE DE CONJUNTURA

SUMÁRIO

Editorial	129
Palavra do Papa	132
Informe CRB	136
Artigos	139
O Evangelho da Vontade do Pai	139
<i>Pe. Johan Konings, SJ</i>	
Reconciliação na Prática	149
<i>Frei Bernardino Leers, OFM</i>	
Ecclesia in America	160
<i>Pe. Alberto Antoniazzi</i>	
A Refundação da Vida Religiosa	170
<i>Irmã Ana Roy</i>	
Novas Formas de Vida Consagrada: Panorama e Perspectivas	175
<i>Pe. Edênio Valle, SVD</i>	
Análise de Conjuntura Janeiro – Fevereiro 1999	181
<i>Pe. Virgílio Leite Uchôa — Assessor Político da CNBB</i>	

A ilustração da capa da Convergência é uma cópia do painel da XVIII Assembléia Geral Ordinária da CRB (1998), do autor Anderson S. Pereira, MSC. O painel chama a atenção para a importância da temática central da AGO — Novo Milênio e Refundação da Vida Religiosa.

ASSINATURA PARA 1999:

BRASIL: Terrestre ou aérea R\$ 65,00

 Número avulso (Brasil) R\$ 6,50

EXTERIOR: Terrestre ou aérea US\$ 85,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

convergência

Revista Mensal da
Conferência dos Religiosos
do Brasil: CRB

DIRETOR-RESPONSÁVEL:

Pe. João Roque Rohr, SJ

REDATOR-RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB (Reg. 12679/78)

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenadora:

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Conselho editorial:

Ir. Afonso Tadeu Murad, FMS

Pe. Francisco Taborda, SJ

Pe. Jaldemir Vitório, SJ

Pe. Cleto Caliman, sdb

DIREÇÃO, REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24 • 4º andar

Cinelandia • Tel.: (021) 240-7299

20038-900 • Rio de Janeiro • RJ

DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO:

Edições Loyola

Rua 1822 n. 347 • Ipiranga

04216-000 • São Paulo • SP • Tel.: (011) 6914-1922

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do DPF sob o n. P.209/73

EDITORIAL

Vida digna e esperança para todos

MARIA CARMELITA DE FREITAS, FJ

A oração da Campanha da Fraternidade de 1999, que rezamos nas nossas comunidades eclesiais e de Vida Religiosa, durante o tempo da quaresma, não deveria ser esquecida agora, quando o itinerário quaresmal culminou na celebração da Páscoa e se concluiu o tempo especificamente dito da Campanha. Mais que um tempo material (os dias da quaresma), a Campanha da Fraternidade é um espírito que deve animar a vida da Igreja permanentemente. É uma orientação a ser dada de maneira constante ao compromisso cristão no mundo. É um instrumento para traduzir em gestos concretos e atuantes, ao longo dos dias, essa dimensão básica do Evangelho que é a fraternidade.

A oração deste ano constitui uma fórmula densa e profunda, particularmente apta a colocar os fiéis em sintonia com a vontade do Pai e com valores fundamentais do Reino de Deus, em meio aos graves desafios do momento histórico, quando as taxas de desemprego crescem de maneira preocupante e milhares de famílias brasileiras devem conviver com essa ameaça permanente.

Mediante essa fórmula sucinta e inspirada, nos acostumamos, nos dias da quaresma, a dirigir-nos a Deus Pai, criador de todas as coisas, como “Deus trabalhador”, para suplicar o dom de um coração compassivo e operoso de Bom Samaritano; um coração disposto a comprometer-se solidariamente com as lutas, angústias e esperanças de todos aqueles e aquelas que são excluídos do acesso ao trabalho; um coração capaz de assumir com outros irmãos e irmãs de qualquer crença e etnia, o empenho por uma sociedade mais justa, geradora de novas alternativas de trabalho, garantia de vida digna e de esperança para todos.

Com essa oração rezada pessoal e comunitariamente, nas igrejas, nas CEBs, nas comunidades religiosas, nas escolas, nas famílias, unimos mentes e corações numa aspiração comum: chegar a “ser, pela força do Espírito, construtores do Reino, a caminho de um novo milênio sem exclusão”; seguir as pegadas de “Jesus Cristo trabalhador, denunciador da idolatria do dinheiro e do poder, profeta da caridade e da vida em abundância para todos”.

Mas esta prece não deve cair na rotina, nem pode ser reduzida, sob pena de ser esvaziada, a um jogo de palavras, nem a um exercício aprimorado de retórica. Ela não é um discurso bonito para ser recitado com prazer intelectual, nem mera justaposição de expressões fortes, destinada a provocar um sentimentalismo piegas. É muito mais que isso: é a percepção aguda e pungente de uma realidade que se manifesta cada vez mais oposta aos valores evangélicos e aos postulados do Reino. É o grito incontido da consciência cristã, inconformada diante das conseqüências drásticas desta situação. É expressão da firme convicção de que a dignidade humana, da qual o direito ao trabalho é dimensão constitutiva, tem seu fundamento em Deus mesmo e não pode ser negada nem violada impunemente.

Para rezá-la com verdade, é preciso depor as defesas da prepotência, do medo e da inoperância. É preciso acreditar na força transformadora do Espírito presente e atuante na história. É preciso ter a humildade do “discípulo” e a coragem dos profetas. É preciso estar em sintonia com a ternura e a solicitude do coração de Deus.

Imbuída do espírito desta oração, a Vida Religiosa sente-se desafiada a rever sua posição diante dos graves problemas sociais de hoje, particularmente o problema do desemprego e suas causas estruturais. Compreende melhor que todo esforço de refundação passa necessariamente pela conversão à vontade do Pai, aos valores fundamentais do Reino, às exigências de uma solidariedade efetiva e afetiva. Surgem daí perguntas concretas que tocam fortemente a veracidade do compromisso dos Religiosos e Religiosas: — *Que estamos dispostos a fazer para que sejamos contados entre os “construtores do novo milênio sem exclusão”? Que gestos e ações concretas podemos e devemos realizar (como pessoas e como comunidades) para tornar-nos de fato seguidores de “Jesus trabalhador, denunciador da idolatria do dinheiro e do poder”? Que “preço” estamos dispostos a pagar para que estas sementes do Reino germinem entre nós e abram cada vez mais espaço para uma transformação em profundidade, para a autêntica refundação que nos é pedida?*

Os artigos de Convergência, deste mês de abril, na diversidade de temas e questões que focalizam, convergem precisamente para essa meta desejada de uma vida religiosa mais consciente de sua vocação profética no mundo e mais atuante na sociedade como “sinal e instrumento” de uma fraternidade solidária que visibiliza e antecipa na história o Reino definitivo.

O artigo do **Pe. Johan Konings** — “O Evangelho da Vontade do Pai” — focaliza o evangelho de Mateus com um acento especial na figura de Deus Pai, destacando a importância que o evangelista atribui à vontade do Pai, ao seu desígnio salvífico libertador. O artigo é um excelente subsídio para o aprofundamento da temática proposta pelo Papa e pelo Projeto Rumo ao Novo Milênio para este terceiro ano de preparação ao jubileu do ano 2000. Para o autor, Mateus sobressai entre os sinóticos pela contínua referência a Deus como “nosso/vosso Pai”. De acordo com os textos do evangelho de Mateus analisados no artigo, “o Pai é o Pai de Jesus — o filho por excelência — e este deixa o seu ensinamento para que os que se tornarem discípulos seus entre todos os povos possam orar: Pai nosso, seja santificado o teu nome, venha o teu reino, seja feita tua vontade...”

c
o
n
v
e
r
g
ê
n
c
i
a

Frei Bernardino Leers, no seu artigo — *“Reconciliação na Prática”* — focaliza de maneira extremamente sugestiva e concreta o tema da reconciliação cristã e suas exigências de ordem prática, seja no nível pessoal, seja no comunitário e social. Tendo como pano de fundo o quadro do artista Rembrandt, o autor desenvolve, com aguda perspicácia e profunda intuição espiritual, os meandros da experiência humana do pecado e da reconciliação nas suas várias dimensões. Para ele, “na práxis cristã, o problema não é Deus na sua vontade de perdoar, mas a própria criatura humana que não sabe compreender o perdão que recebeu e considerar seu passado extinto, porque Deus criou uma nova criatura, uma criança que começa de novo a viagem”.

“Ecclesia in America” é o interessante artigo do **Pe. Alberto Antoniazzi**. Nele o autor analisa e comenta, com a competência que o caracteriza a Exortação Apostólica pós-sinodal recentemente publicada, e com a qual se encerra o Sínodo para a América, realizada no outono romano de 1997. O artigo parte de uma comparação entre o texto da Exortação e as “propositiones” dos Padres Sinodais, e aponta as novidades que a Exortação apresenta. Destaca os temas pastorais latino-americanos que é preciso discutir mais, e focaliza, particularmente, o tratamento que o tema dos pedidos de perdão recebeu no documento. O artigo é uma valiosa contribuição para ajudar a “recepção” do documento por parte da Igreja e da Vida religiosa no Brasil.

O tema da Refundação continua presente no horizonte da Vida Religiosa como desafio e utopia. O artigo de **Ana Roy** — *“A Refundação da Vida Religiosa”* — é profundamente inspirado e inspirador. Merece ser lido, meditado e compartilhado nas comunidades. Com a sabedoria que vem do Espírito, a autora apresenta a refundação como uma “refontalização”, um voltar a beber das fontes das origens, de onde mana a água viva geradora de vida nova. De maneira *provocativa* e profética o texto convida religiosos e religiosas de hoje a correrem a bela aventura da Refundação: “Nos caminhos que ninguém pisou, arrisca teus passos... nos pensamentos que ninguém forjou, projeta teu coração... na oração que ninguém rezou, junta tuas mãos...”

O tema da refundação da Vida Religiosa é o pano de fundo em que se inscreve o texto do **Pe. Edênio Valle** — *“Novas Formas de Vida Consagrada: Panorama e Perspectivas”*. O texto aborda uma questão de particular interesse hoje na Igreja. Partindo da irrupção das novas formas de vida consagrada em várias partes do mundo, o autor traça as principais características dessas novas formas e abre perspectivas para o futuro. Citando o Vaticano II, lembra que o Espírito distribui gratuitamente seus dons na Igreja, de forma a enriquecer a vida e a missão do Povo de Deus.

O texto do **Pe. Virgílio L. Uchôa** — *“Análise de conjuntura — Janeiro/fevereiro de 1999”* — focaliza criticamente os grandes traços do momento atual que vive a nação, de forma amplamente documentada. O texto considera também a posição da Igreja católica nessa conjuntura. As comunidades encontrarão nessas páginas um farto material para refletir e debater.

PALAVRA DO PAPA

Mensagem do Santo Padre para o XXXVI Dia Mundial de Oração pelas Vocações 25 de abril de 1999 – IV Domingo de Páscoa

Tema: "O Pai chama à vida eterna"

Venerados Irmãos no Episcopado,
queridos Irmãos e Irmãs!

A celebração do Dia Mundial de Oração pelas Vocações, programada para o dia 25 de abril de 1999, quarto domingo de Páscoa, constitui um novo apelo a considerar com atenção um aspecto fundamental da vida da Igreja: o chamado ao ministério ordenado e à Vida consagrada. No caminho de preparação para o Grande Jubileu, o ano de 1999 abre os horizontes do crente segundo a perspectiva do próprio Cristo: a perspectiva do Pai que está nos céus (Mt 5,45) (*Tertio millennio adveniente* 49), e convida a refletir sobre a vocação que constitui o verdadeiro horizonte de todo coração humano: a vida eterna. Precisamente nessa luz se revela toda a importância das vocações ao sacerdócio e à Vida consagrada, com as quais o Pai Celeste, "do qual vem toda dádiva boa e todo dom perfeito" (Tg 1,17), continua a enriquecer a sua Igreja.

Brota espontâneo do coração um hino de louvor: "Bendito seja Deus, Pai do nosso Senhor Jesus Cristo (Ef 1,3) pelo dom que nos concede, também neste século que está chegando ao fim, de inúmeras vocações ao ministério sacerdotal e à Vida consagrada, nas suas diversas formas.

Deus continua a mostrar-se Pai, por meio de homens e mulheres que, impelidos pela força do Espírito Santo, testemunham com a palavra e com as obras, às vezes até com o martírio, a sua dedicação sem reservas ao serviço dos irmãos. Por meio do ministério ordenado de Bispos, presbíteros e diáconos, Ele oferece a garantia permanente da presença sacramental de graças ao seu serviço específico, na unidade de um só corpo e na variedade de vocações, ministérios e carismas.

Ele efundiu abundantemente o Espírito em seus filhos de adoção, manifestando claramente — nas várias formas de Vida consagrada — o seu amor de Pai, que quer atingir a humanidade inteira. É um amor, o seu, que aguarda com paciência e acolhe com festa quem se afastou; que educa e corrige; que sacia a fome de amor de cada pessoa. Ele continua a apontar horizontes de vida eterna que abrem o coração à esperança, mesmo em meio às dificuldades, o sofrimento e a morte, especialmente mediante os que deixam tudo para seguir a Cristo, dedicando-se inteiramente à construção do seu Reino.

Neste ano de 1999, dedicado ao Pai Celeste, gostaria de convidar todos os fiéis a refletir sobre as vocações ao ministério ordenado e à Vida consagrada, seguindo os passos da oração que Jesus mesmo nos ensinou, o "Pai-nosso".

1. "Pai-nosso, que estais nos céus"

Invocar Deus como Pai significa reconhecer em seu amor a fonte da vida. No Pai celeste, o homem é chamado a ser seu filho e descobre que *"foi escolhido antes da criação do mundo, para ser santo e imaculado diante dele, na caridade (Ef 1,4)*. O Concílio Vaticano II recorda que "Cristo... justamente ao revelar o mistério do Pai e do seu amor, revela também plenamente o homem ao homem, e lhe faz conhecer a sua altíssima vocação" (Gaudium et spes, 22). Para a pessoa humana, a fidelidade a Deus é garantia de fidelidade ao próprio ser e, dessa forma, de plena realização do próprio projeto de vida.

Toda vocação tem sua raiz no Batismo, quando o cristão, *"renascido da água e do Espírito"*, (Jo 3,5), se torna partícipe do evento de graça que, às margens do rio Jordão, revelou Jesus como "filho predileto" no qual o Pai colocou a sua complacência (Lc 3,22). Para toda vocação cristã, a fonte da verdadeira fecundidade brota do Batismo. Portanto, é necessário que se tenha um cuidado todo especial para iniciar os catecúmenos e os pequeninos na redescoberta do Batismo e na criação de um relacionamento filial com Deus.

2. "Santificado seja o vosso nome"

A vocação a ser *"santos, como ele é santo"* (Lc 11,44) se realiza quando se reconhece e se dá a Deus o lugar que lhe compete. No nosso tempo, secularizado e, apesar disso, fascinado pela busca do sagrado, precisamos de modo particular de santos que, vivendo intensamente o primado de Deus na sua existência, tornem perceptível a sua presença amorosa e próspera.

A santidade, dom que deve ser implorado incessantemente, constitui a resposta mais preciosa e eficaz à fome de esperança e de vida do mundo contemporâneo. A humanidade precisa de presbíteros santos e de almas consagradas que vivam quotidianamente o dom total de si a Deus e ao próximo; de pais e de mães capazes de testemunhar entre as paredes domésticas a graça do sacramento do matrimônio, despertando naqueles dos quais se aproximam o desejo de realizar o projeto do Criador sobre a família; de jovens que tenham feito a descoberta pessoal de Cristo e se sentiram fascinados a ponto de apaixonar seus coetâneos pela causa do Evangelho.

3. "Venha a nós o vosso Reino"

A santidade lembra o *"Reino de Deus"* que Jesus representou simbolicamente no grande e festivo banquete proposto a todos, mas destinado apenas a quem aceita vestir a "veste nupcial da graça".

A invocação *"venha o vosso Reino"* desperta para a conversão e lembra que a jornada terrena do homem deve ser marcada pela busca diuturna do reino de Deus, antes e acima de qualquer outra coisa. É uma invocação que convida a deixar o mundo das palavras evanescentes para assumir, generosamente, apesar de toda dificuldade e oposição, os compromissos para os quais o Senhor chama.

Pedir ao Senhor *"venha o vosso Reino"* comporta, além disso, escolher a casa do Pai como a própria morada, vivendo e agindo no estilo do Evangelho e amando no Espírito de Jesus; ao mesmo tempo, significa descobrir que o Reino é uma *"sementinha"* dotada de insuspeitável plenitude de vida, mas continuamente exposta ao risco de ser rejeitada e pisoteada.

Que todos quantos são chamados ao sacerdócio ou à Vida consagrada possam acolher com generosa disponibilidade a semente da vocação que Deus colocou em seu coração. Atraindo-os para seguir a Cristo com coração indiviso, o Pai os convida a serem alegres e livres apóstolos do Reino. Na resposta generosa ao convite eles encontrarão aquela verdadeira felicidade a que seu coração aspira.

4. "Seja feita a vossa vontade"

Jesus disse: *"Meu alimento é fazer a vontade daquele que me enviou, e realizar a sua obra"* (Jo 4,34). Com essas palavras, ele revela que o projeto pessoal da existência está inscrito num providencial projeto do Pai. Para descobri-lo é necessário abandonar uma interpretação demasiado terrena da vida e colocar em Deus o fundamento e o sentido da própria existência. A vocação é, antes de tudo, dom de Deus: não se trata de escolher, mas de ser escolhido; é resposta a um amor que precede e acompanha. Para quem se torna dócil à vontade do Senhor, a vida se torna um bem recebido que tende, por natureza, a se transformar em oferta e dom.

5. "O pão nosso de cada dia nos dai hoje"

Jesus fez da vontade do Pai o seu alimento quotidiano (Jo 4,34), e convidou os seus a provar daquele pão com o qual é saciada a fome do espírito: o pão da Palavra e da Eucaristia.

A exemplo de Maria, é preciso aprender a educar o coração para a esperança, abrindo-o àquele *"impossível"* de Deus, que faz exultar de gozo e de gratidão. Deste modo, para aqueles que respondem generosamente ao convite do Senhor, os eventos alegres e tristes da existência se tornam argumento de colóquio confiante com o Pai e ocasião de incessante redescoberta da própria identidade de filhos prediletos, chamados a participar, com um papel próprio e específico, da grande obra da salvação do mundo, iniciada por Cristo e agora confiada à sua Igreja.

6. "Perdoai-nos as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tenha ofendido"

O perdão e a reconciliação são o grande dom que irrompeu no mundo a partir do momento em que Jesus, enviado pelo Pai, declarou aberto *"o ano de graça do Senhor"* (Lc 4,19). Ele se fez *"amigo dos pecadores"* (Mt 11,19), deu a vida *"em remissão dos pecados"* (Mt 26,28) e, por fim, enviou os discípulos a todos os cantos da terra para anunciar a penitência e o perdão.

Conhecendo a fragilidade humana, Deus preparou para o homem a via da misericórdia e do perdão, como experiência a ser partilhada — somos perdoados se perdoamos — para que apareçam na vida renovada da graça os traços autênticos dos verdadeiros filhos do único Pai celeste.

7. "E não nos deixeis cair em tentação, mas livrai-nos do mal"

A vida cristã é um processo contínuo de libertação do mal e do pecado. Com o sacramento da Reconciliação, a potência de Deus e a sua santidade são comunicadas como energia nova que conduz à liberdade de amar, fazendo triunfar o bem.

Hoje a luta contra o mal, que Cristo sustentou estenuamente, é confiada à Igreja e a cada cristão, segundo a vocação, o carisma e o ministério de cada um. Um papel fundamental e reservado aos que foram eleitos para o ministério ordenado: bispos, presbíteros e diáconos. Mas um aporte insubstituível e específico é dado também pelos Institutos de Vida consagrada, cujos membros "*tornam visível, na sua consagração e dedicação total, a presença amorosa e salvífica de Cristo, o consagrado do Pai, enviado em missão*" (Vita Consecrata, 76).

Como não sublinhar que a promoção das vocações para o ministério ordenado e para a Vida consagrada deve se tornar empenho harmônico de toda a Igreja e de cada crente? A eles o Senhor ordena: "*Suplicai ao Dono da messe, para que mande operários à sua messe*" (Lc 9,38)

Conscientes disso, unânimes em oração, nos dirigamos ao Pai celeste, doador de todo bem:

8. Pai bondoso,
em Cristo teu Filho,
tu nos revelas o teu amor,
abraças-nos como filhos teus
e nos ofereces a possibilidade de
descobrir,
na tua vontade, os traços
da nossa verdadeira fisionomia.

Pai santo,
tu nos chamas a ser santos
como tu és santo.
Nós te pedimos que nunca deixes faltar
à tua Igreja ministros e apóstolos santos
que, com a palavra e os sacramentos,
abram o caminho para o encontro
contigo.

Pai misericordioso,
concede à humanidade transviada
homens e mulheres que,
com o testemunho de uma vida transfigurada
à imagem do teu Filho,
caminhem alegremente
com todos os outros irmãos e irmãs,
rumo à pátria celeste.

Pai nosso,
com a voz do teu Santo Espírito,
e confiando na materna intercessão de Maria,
nós te invocamos ardentemente:
manda à tua Igreja sacerdotes
que sejam testemunhas corajosas
da tua infinita bondade.
Amém!

Do Vaticano, 1º de outubro de 1998,
memória de Santa Teresa do Menino Jesus, Doutora da Igreja.

Joannes Paulus II

INFORME CRB

1. Exortação apostólica pós-sinodal “Igreja na América”

(Extraído do Boletim Semanal da CNBB de 28/02/99)

As palavras com as quais inicia esta Exortação apostólica — *Ecclesia in America* — indicam claramente a pertença da mesma à série de documentos pontifícios que concluem as diversas Assembléias Sinodais, continentais e regionais, que o Papa convocou em preparação ao terceiro milênio. Trata-se, portanto, de um instrumento do Magistério do Sumo Pontífice que recolhe, sinteticamente, todos os trabalhos sinodais e oferece as linhas pastorais da nova evangelização para a Igreja que peregrina no Continente americano.

O documento apresenta uma introdução, seis capítulos e uma conclusão. Na introdução, aparece o tema da Assembléia Especial e a origem do processo que levou à sua convocação pelo Papa, em continuidade à celebração dos 500 anos do início da evangelização na América e na perspectiva do Grande Jubileu do ano 2000.

Os diversos capítulos desenvolvem o tema central da Assembléia Sinodal: *“Encontro com Jesus Cristo vivo, caminho para a conversão, a comunhão e a solidariedade na América”*. O **primeiro capítulo** se refere ao encontro com o Senhor ressuscitado como é apresentado nos diversos relatos do Novo Testamento e à Igreja como lugar onde as pessoas podem descobrir a presença de Jesus Cristo e encontrar-se com Ele. Continuando o tema do encontro, o **segundo capítulo** desenvolve o mesmo assunto no contexto atual da América, abordando o tema a partir de uma perspectiva pastoral. Trata, ainda, de diversos temas que serão retomados mais adiante na formulação de algumas propostas pastorais: A presença católico-oriental na América; a atuação da Igreja na área da educação e da ação social; o crescente respeito aos direitos humanos; o fenômeno da globalização; a realidade da urbanização; o peso da dívida externa; a corrupção; o comércio e consumo de drogas; a preocupação com a ecologia. O **terceiro capítulo** entra no tema da conversão, assinalando a urgência do chamado e a necessidade de dar uma resposta integral, que contemple não só uma dimensão pessoal mas também social e comunitária. O tema da comunhão é desenvolvido no **quarto capítulo**, a partir do conceito de Igreja como sacramento. Esse capítulo aponta, ainda, algumas propostas pastorais para crescer em comunhão. O **quinto capítulo** trata do tema da solidariedade, abordado como fruto

da comunhão em Cristo. É um urgente chamado aos agentes de evangelização na América para que anunciem a Doutrina Social da Igreja diante dos graves problemas de cunho social. Essa tarefa é apresentada como uma verdadeira prioridade pastoral para enfrentar o complexo fenômeno da globalização e suas conseqüências nos diversos campos da vida social no Continente americano, inclusive a dívida externa, que aflige muitos povos, e "outros pecados sociais que clamam ao céu". A missão da Igreja no hoje da América, descrito em termos de nova evangelização, é o tema do **sexto capítulo**. Acentua a necessidade de inculturar a pregação do Evangelho para que este seja anunciado na linguagem e cultura dos que o recebem, sem esquecer, ao mesmo tempo, a validade universal do mistério pascal de Cristo.

O documento é concluído com palavras de gratidão e esperança de que a Igreja na América se disponha a ultrapassar os umbrais do terceiro milênio confiante no Senhor da história e convicta que deve prestar um serviço primordial de testemunho e fidelidade a Deus e aos homens e mulheres do Continente.

2. Dom Hélder Câmara: 90 anos de vida e profetismo

(Extraído do Boletim Semanal da CNBB de 04/02/99)

Dom Hélder Câmara, Arcebispo Emérito de Olinda e Recife (PE) desde 12 de abril de 1985, celebrou, no dia 07 de fevereiro, 90 anos de vida.

Dom Hélder nasceu em Fortaleza (CE) no dia 07 de fevereiro de 1909, 11º filho de uma família de 13 irmãos.

Fez seus primeiros estudos em Fortaleza. Os cursos de Filosofia e Teologia foram feitos, também, no Seminário dessa Arquidiocese. Foi ordenado Presbítero em Fortaleza no dia 15 de agosto de 1931. Algumas de suas principais atividades, enquanto padre: Responsável pelo Movimento Operário na Arquidiocese de Fortaleza; Diretor do Departamento de Educação do Estado do Ceará (1935); Diretor Técnico do Ensino de Religião na Arquidiocese do Rio de Janeiro (RJ); Redator Chefe da Revista Catequética (1949) e Diretor em 1951; Técnico do Ministério da Educação.

Sua nomeação Episcopal deu-se no dia 02 de abril de 1952, para Auxiliar do Rio de Janeiro. Foi ordenado Bispo no dia 20 de abril do mesmo ano. Foi Bispo Auxiliar (1952 a 1955) e Coadjutor (1955-1964) do Rio de Janeiro. De 1964 a 1985 foi Arcebispo de Olinda e Recife.

Como Bispo, Dom Hélder destacou-se em inúmeras realizações eclesiais e sociais. No Rio de Janeiro, entre suas principais atividades destacam-se: Organização

C O N V E R S O E S

do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, em 1955; Fundação da Cruzada São Sebastião, para atendimento aos favelados; Fundação do Banco da Providência. Foi, também, Assistente da Ação Católica; Participante efetivo da reunião preparatória da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em 1955, para a fundação do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM). Suscitou a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, e foi seu 1º Secretário Geral. Além disso, por diversos mandatos foi membro da Comissão Representativa (atual Comissão Episcopal de Pastoral) bem como responsável por diversas Dimensões da Pastoral. Foi delegado do Brasil junto ao CELAM e seu segundo Vice-Presidente por dois mandatos; membro da Comissão "Para o Apostolado dos Leigos e Meios de Comunicação Social" no Concílio Vaticano II; Delegado do Episcopado Brasileiro junto à II Assembléia Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín (1968); Delegado do Episcopado Brasileiro ao III Sínodo dos Bispos (1974); Delegado à III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Puebla (1979). Recebeu o título de "Cidadão Honorário" em mais de 30 cidades, tanto no Brasil como no exterior; é membro de 33 organizações internacionais, especialmente de organizações que defendem e promovem os direitos humanos. São inúmeros seus escritos, tanto no Brasil como em outros países, especialmente na França.

Nesta data, a CNBB presta reverente homenagem àquele que foi seu idealizador, animador e presença profética, quer na própria CNBB, quer na sociedade brasileira. A Igreja e a sociedade no Brasil devem muito a este homem frágil em seu físico, mas forte na fé, na oração e na coragem diante das situações mais dolorosas e conflitivas pelas quais passou nosso País ao longo dos anos.

Dom Hélder, receba uma saudação cordial de seus irmãos no Episcopado, de todos os cristãos e especialmente daquelas pessoas a quem beneficiou com sua dedicação, zelo pastoral e amor gratuito.

*(Quem quiser enviar mensagens via e-mail, seu endereço é:
domhelder@hotlink.com.br).*

ARTIGOS

O Evangelho da Vontade do Pai

PE. JOHAN KONINGS, SJ

No ano de 1999, a Igreja se prepara para o Jubileu do ano 2000, aprofundando o conhecimento do evangelho do ano, Mateus, com um acento especial na figura de Deus Pai. Como mostraremos, não é arbitrária a ligação entre o evangelho de Mateus e o tema de Deus Pai.

O acento próprio de Mateus

Apresento inicialmente o uso do termo "pai" significando Deus nos evangelhos sinópticos. Deixo fora da comparação o evangelho de João, no qual o termo "pai" ocorre permanentemente na boca de Jesus para falar de Deus. Enquanto em Mateus o acento está em "nosso/vosso Pai", muitas vezes com o acréscimo "celeste/nos céus", em João se trata do Pai de Jesus; só em Jo 20,17, depois da ressurreição, Jesus diz "meu Pai e vosso Pai". Mateus é desde o início o evangelho do "Pai nosso", João o do "Pai de Jesus", mas que, no fim, também é nosso.

Entre os três evangelhos sinópticos, Mateus se destaca de modo mais que evidente. Mateus usa 44x o termo "pai"

- 1) 5,16: para que vejam as vossas boas obras e louvem o vosso *Pai* que está nos céus (prpMt).
- 2) 5,45: para que vos torneis filhos do vosso *Pai* que está nos céus (Lc 6,35: sereis filho do Altíssimo).
- 3) 5,48: como vosso *Pai* celeste é perfeito (= Lc 6,36: vosso *Pai*).

para falar de Deus, Marcos 4x, Lucas 17x. Em compensação, ele usa bem menos o termo "Deus" que Marcos (cujo texto é mais breve) ou Lucas.

Ao elencar o uso da expressão em Mateus, distinguimos diversos casos:

- (1) Mateus está seguindo Marcos e colhe dele a expressão (= Mc) ou a introduz modificando o texto de Mc (Mc);
- (2) Mateus usa a fonte comum Mc-Lc (a "*Quelle*") e coincide com Lucas (= Lc) ou usa a expressão à diferença do texto paralelo de Lc (Lc);
- (3) a frase ou contexto é particular ou próprio de Mateus (prpMt), quer por usar uma fonte peculiar, quer por elaborar o texto de próprio punho (redação mateana).

C O N F E S S I O E S

- 4) 6,1: não recebereis recompensa do vosso *Pai* que está nos céus (prpMt).
- 5) 6,4: o teu *Pai*, que vê no escondido, te dará a recompensa (prpMt).
- 6) 6,6a: ora ao teu *Pai* que está no escondido (prpMt).
- 7) 6,6b: o teu *Pai*, que vê no escondido, te dará a recompensa (prpMt).
- 8) 6,8: pois vosso *Pai* sabe de que precisais (prpMt).
- 9) 6,9: *Pai* nosso que estais nos céus (= Lc 11,2: *Pai*).
- 10) 6,14: vosso *Pai* celeste também vos perdoará (= Mc 11,25: vosso *Pai* que está nos céus).
- 11) 6,15: vosso *Pai* também não perdoará vossas faltas (prpMt; Mc não tem, a não ser em manuscritos harmonizados).
- 12) 6,18a: mas somente teu *Pai*, que está no escondido (prpMt).
- 13) 6,18b: o teu *Pai*, que vê no escondido, te dará a recompensa (prpMt).
- 14) 6,26: vosso *Pai* celeste os alimenta (Lc 12,24: Deus os sustenta).
- 15) 6,32: vosso *Pai* celeste sabe que precisais (= Lc 12,30: vosso *Pai* sabe).
- 16) 7,11: quanto mais vosso *Pai* que está nos céus dará coisas boas aos que lhe pedirem (= Lc 11,13: *Pai* do céu).
- 17) 7,21: aquele que pratica a vontade de meu *Pai* que está nos céus (Lc 6,46: não fazeis o que vos digo).
- 18) 10,20: mas o Espírito do vosso *Pai* falará em vós (Mc 13,11 // Lc 21,15; Lc 12,12: o Espírito Santo).
- 19) 10,29: nenhum deles cai no chão sem o consentimento do vosso *Pai* (Lc 12,6: nenhum deles é esquecido por Deus).
- 20) 10,32: diante do meu *Pai* que está nos céus (Lc 12,8: diante dos anjos de Deus).
- 21) 10,33: diante do meu *Pai* que está nos céus (Lc 12,9: diante dos anjos de Deus).
- 22) 11,25: *Pai*, Senhor do céu e da terra (= Lc 10,21).
- 23) 11,26: *Pai*, assim foi do teu agrado (= Lc 10,21).
- 24) 11,27a: tudo me foi entregue por meu *Pai* (= Lc 10,22).
- 25) 11,27b: ninguém conhece o Filho senão o *Pai* (= Lc 10,22).
- 26) 11,27c: ninguém conhece o *Pai* senão o Filho (= Lc 10,22).
- 27) 12,50: todo aquele que faz a vontade de meu *Pai* que está nos céus (= Mc 3,35 // Lc 8,21: *Pai*)
- 28) 13,43: os justos brilharão como o sol no reino do *Pai* deles (prpMt).
- 29) 15,13: toda planta que meu *Pai* celeste não plantou (prpMt).
- 30) 16,17: mas meu *Pai* que está nos céus (prpMt).
- 31) 16,27: o Filho do Homem virá na glória de seu *Pai* (= Mc 8,38 // Lc 9,37: *Pai*).
- 32) 18,10: contemplam sem cessar a face de meu *Pai* que está nos céus (prpMt).
- 33) 18,14: não é a vontade de meu *Pai* que está nos céus (prpMt; acréscimo à Quelle).
- 34) 18,19: meu *Pai* que está nos céus o concederá (prpMt).
- 35) 18,35: meu *Pai* que está nos céus fará convosco (prpMt).
- 36) 20,23: é para aquele para quem meu *Pai* o preparou (Mc 10,40: para quem foi preparado).
- 37) 23,9: um só é vosso *Pai*, aquele que está nos céus (prpMt).
- 38) 24,36: nem mesmo o Filho, mas somente o *Pai* (= Mc 13,32).
- 39) 25,34: vinde, benditos de meu *Pai* (prpMt).
- 40) 26,29: beberei o vinho novo no reino de meu *Pai* (Mc 14,35: Reino de Deus).
- 41) 26,39: meu *Pai*, se possível, que este cálice passe de mim (= Mc 14,36: *Abbá, Pai!*).
- 42) 26,42: meu *Pai*, se este cálice não pode passar (Mc 14,39: orou repetindo as mesmas palavras).
- 43) 26,53: pensais que eu não poderia recorrer ao meu *Pai* (prpMt; acréscimo a Mc).
- 44) 28,19: batizando-os em nome do *Pai* e do Filho e do Espírito Santo (prpMt).

Mateus usa o termo Pai = Deus 20x em matéria que é própria de seu evangelho, normalmente redigida no estilo que lhe é próprio. Ele usa o termo 9x de acordo com Lucas, em textos provindos da "Quelle" (coleção de sentenças de Jesus usada por Mateus e Lucas), enquanto em 6 casos da Quelle ele usa "pai" lá onde Lucas tem outra expressão. Mateus usa "pai" para Deus 5x de acordo com o evangelho-base de Marcos, introduzindo o termo em mais 4 casos onde Marcos tem outra expressão.

DEUS COMO PAI NO MUNDO DA BÍBLIA¹

O uso de "pai" para indicar Deus, em Mateus, parece corresponder ao dos piedosos judeus (entre os quais os fariseus). Vejamos em que sentido Israel trata Deus de Pai.

Na Antigüidade, toda a ordem social em Israel e nos países vizinhos era patriarcal, com duas características fundamentais: como senhor da casa, o pai era a pessoa mais importante da família, com direitos ilimitados; e para os seus ele era o defensor, arrimo e protetor responsável. O uso religioso da imagem do pai é um dos fenômenos primordiais da história das religiões. Ora, esse uso religioso é uma metáfora baseada no significado natural do termo.

Para o Antigo Testamento, a paternidade física é dom e ordem do Criador (Gn 1,28). O pai é o portador da bênção divina (Gn 27), o chefe de sua "casa" (Js 24,15), o sacerdote responsável da família (Ex 12,3ss), o mestre (Ex 12,26ss; 13,44ss; Dt 6,7.20ss; 32,7.46; Is 38,19). Essa percepção do pai continua até na época do Novo Testamento. Em Israel, as gerações anteriores são chamadas de "os pais" (= antepassados) (Sl 22,5; Sr 44,1ss),

O uso do termo "pai" para indicar Deus é, portanto, uma preferência de Mateus.

Uma visão global desta lista permite concluir ainda que Mateus prefere chamar Deus de Pai com o qualificativo "(que está) nos céus" ou "celeste". Por outro lado, observa-se que Mateus, por iniciativa própria, liga a idéia de Pai à de "vontade" (6,10; 7,21; 18,14; 21,31; 26,42; de resto, a "vontade" de Deus é mencionada só em Mt 12,50 = Mc 3,35 e em Lc 23,25, adaptando a frase de Mc 14,36).

sobretudo os "patriarcas" (ancestrais) Abraão, Isaac e Jacó. São os portadores e transmissores das promessas da Aliança (Js 24,3; 1Cr 29,18). "Pai" pode ser título honorífico para um sacerdote (Jz 17,10; 18,19), um profeta (2Rs 6,21; 13,14), um rei (1Sm 14,12). Em 2Rs 2,12, na boca do discípulo do profeta, significa a paternidade espiritual-religiosa.

No Antigo Testamento, Deus é comparado ao pai terrestre (Sl 103,13; Pr 3,12; Cf. Dt 1,31; 8,5). A designação de Deus como Pai tem no Antigo Testamento um sentido metafórico. Toda paternidade biológica ou mítica é conscientemente excluída; assim, a paternidade de Deus pode ser incrementada com traços maternos: nada tem a ver com a biologia. Em Nm 11,12 Deus é a "mãe" — "*Fui eu que dei à luz este povo?*" — e o acento está nos cuidados e na responsabilidade pelo povo. Em Ex 4,22, Deus chama Israel seu "filho primogênito": por isso ele protege Israel, mas também exige sua obediência. Os 11,1s e Is 1,2 falam da decepção de Deus com seus "filhos", embora sem chamá-lo explicitamente de "pai" (cf. Jr 3,19). Esse amor, esses cuida-

1. As informações deste parágrafo são tomadas, substancialmente, de F. STAUDINGER, art. "Vater", em J. Bauer (ed.), *Bibeltheologisches Wörterbuch*, 2.ed., Graz-Wien-Köln: Styria, 1994.

dos paternos não de proteger os exilados na sua volta para a pátria (Jr 31,9). Is 45,9-11; 64,7 caracterizam a autoridade do Pai divino; Is 63,10 insiste no poder divino que ajuda e salva. Ml 2,10 (cf. 1,6) afirma a filiação de Israel e sublinha seus deveres filiais. A idéia do rei ser filho de Deus encontra-se em Sl 2,7 e sobretudo no oráculo de Natã 2Sm 7,14 (cf. 1Cr 28,6 e Sl 69,27s).

No judaísmo palestinese pré-cristão, a designação de Deus como Pai é rara; cf. Tb 13,4; Sr hebraico 51,10; Jubileus 1,24s.28; 19,29. Da literatura de Qumran só uma citação pode ser alegada com certeza. No judaísmo rabínico do século I d.C., o uso do nome "Pai" aumenta, mas continua muito raro em comparação com outros nomes divinos. O qualificativo "no céu" frisa a distância essencial entre Deus e o homem. No século I d.C. encontra-se como título de Deus a expressão "Pai nosso, Rei nosso" na liturgia em língua hebraica. Ainda não se encontrou nenhum texto mostrando que algum orante individual tenha chamado Deus de "meu Pai" (Sr 23,1.4 não vale como argumento, pois o equivalente hebraico, em Sr hebr. 51,1, reza: "Deus de meu pai"; cf. Ex 15,2). No judaísmo da diáspora, sob influência grega, Deus é chamado de Pai com maior freqüência.

No Novo Testamento, os significados de "pai" correspondem aos do Antigo Testamento. Quanto a chamar Deus de Pai, não há no Novo Testamento nenhum texto em que Jesus, ao dirigir-se a Deus, inclua na mesma oração, como orantes, os discípulos (os cristãos). O mistério da pessoa e da missão de Jesus, nas suas palavras, obras e atitudes, e até na sua morte violenta, aponta para uma relação única entre Pai e Filho. Baseia-se num ver e ouvir, num receber e entregar. Isso se torna palpável em Mt 11,27 ("*Tudo me foi dado por meu Pai*") e 24,6 (somente o

Pai sabe dia e hora da parusia). O Pai vê/conhece tudo (Mt 6,4.6) e exige do ouvinte do Sermão da Montanha uma conduta de acordo com isso. Esse Pai é também "Senhor do céu e da terra", que revela tudo aos "pequenos".

O Pai-nosso (Mt 6,9-13; Lc 11,2-4), nas duas formas transmitidas, na catequese sobre a oração em Mateus e em Lucas, é o modelo de oração para os discípulos (os cristãos) e ao mesmo tempo é uma chave para a compreensão da imagem do Pai. Pois Jesus anuncia Deus, a quem podemos invocar como Pai, mas, com isso, também como aquele que age escatologicamente: Jesus anuncia seu reinar como algo que já está acontecendo.

A palavra aramaica *abbá* da oração de Jesus em Getsêmani (Mc 14,36, não retomada por Mateus e Lucas), que entre os cristãos de língua aramaica era usada nas orações, é adotada por Paulo nos conhecidos textos de Gl 4,6 e Rm 8,15 (cf. targum de Isaías 8,14). Não se trata de um "balbuciar como as crianças", como às vezes se encontra até em livros eruditos. A melhor tradução de *abbá* seria "Tu, Pai querido". Também pode ter sido usado o termo hebraico, *ab* (em Mc 15,34, o Sl 22,2 é citado em língua corrente, aramaica; em Mt 27,46, na forma original hebraica). A invocação com *abbá* tem um paralelo na exclamação de Jesus em Mt 11,25; Lc 10,21, onde "Pai" é ampliado com "Senhor". Os paralelos mais próximos dessa relação exclusiva Pai-Filho encontram-se no judaísmo dos "piedosos".

Assim, antes de aprofundar o uso de "Pai" em Mateus, é bom ter presente a origem específica deste modo de falar em Jesus de Nazaré: a consciência de Jesus de ser Filho (cf. Mc 1,11, a voz misteriosa do Pai no batismo de Jesus, e 9,7, na transfiguração). Visão e voz têm para Jesus importância fundamental. Sua oração, sua obediência, seu dom de fazer milagres,

mas também sua separação dos humanos e de suas facções, baseiam-se nesse acontecimento básico que faz dele o elei-

to e o amado, o Servo de Deus e o Filho de Deus. Este eixo é elaborado sobretudo nos escritos joaninos.

A EXPERIÊNCIA DO FILHO

O uso da invocação "Pai" na oração de Jesus está enraizado na sua consciência de Filho. O texto-base que introduz essa consciência nos evangelhos é o do batismo de Jesus. Segundo Marcos, trata-se de uma experiência muito pessoal de Jesus. Ao sair da água, Jesus vê o céu rasgar-se — como prediziam os apocalipses, literatura popular naquele tempo, evocando o tempo final. Do céu "rasgado", significando o acesso aberto a Deus, desce o Espírito, representado por uma pomba, e Jesus ouve uma voz: "Tu és meu Filho amado; em ti está meu agrado" (lit.: "eu me comprouve", Mc 1,11). Já em Mateus a voz se dirige aos circunstantes, transformando-se em testemunho para o povo todo (Mt 3,17).

Num outro texto, colhido por Mateus na coleção de sentenças de Jesus que encontramos também no evangelho de Lucas (a "Quelle"), encontramos mais ou menos a mesma relação de Pai-Filho no contexto da manifestação final de Deus: "Eu te louvo, Pai, Senhor do céu e da terra, porque escondeste estas coisas aos sábios e entendidos e as revelaste aos pequeninos. Sim, Pai, assim foi do teu agrado. Tudo me foi entregue por meu Pai, e ninguém conhece o Filho, senão o Pai, e ninguém conhece o Pai, senão o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar" (Mt 11,25-27 = Lc 10,21-22). O "agrado" no v. 26 é o mesmo termo que na voz celeste do batismo (Mt 3,17). Trata-se da *vontade do Pai que em Jesus encontra sua realização*.

O SERMÃO DA MONTANHA

Analisemos agora o Sermão da Montanha, onde ocorre, em Mateus, o primeiro uso de "Pai" significando Deus.

Não convém ver no Sermão da Montanha uma espécie de proclamação inaugural de Jesus. É um ensinamento, uma *torah*, como dizem os hebreus (termo mal-traduzido por "lei"; melhor seria "ensinamento, instrução"). A "montanha" simboliza o Sinai. Jesus proclama a *torah* verdadeira (5,17-20). Devemos imaginar como ambiente vital a sinagoga cristã da comunidade mateana. O parâmetro principal de compreensão do Sermão é a "instrução", a *torah*, comparável à instrução que recebiam os discípulos dos fariseus.

Literariamente, o Sermão demonstra singular simetria, característica do estilo de ensino oral, em função da qual os evangelhos eram codificados por escrito.

1. Exórdio: bem-aventuranças e "sal e luz" (5,3-16)
2. A aprendizagem da Lei (5,17-48)
3. A "justiça" das obras piedosas (6,1-18)
4. Conselhos (6,19-7,12)
5. Exortação final (7,13-27)

Na parte central, a nova justiça, Mateus descreve as "obras piedosas": esmola, oração e jejum. Enquanto a primeira e a terceira obra são tratadas de modo conciso, a segunda — central por sua vez — é mais elaborada: à observação sobre o orar em segredo acrescenta-se a oração "pública", o Pai-nosso, seguido por observações finais sobre o perdão.

- 6,1: introdução: a justiça no segredo e sua recompensa:
- 1) 6,2-4: a esmola no segredo
 - 2) 6,5-7; a oração no segredo
 - 6,7-8: não orar como os pagãos, mas com simplicidade
 - 6,9-13: o Pai-nosso
 - 6,14-15: corolário sobre o perdão
 - 3) 6,16-18: o jejum no segredo

Podemos concluir que o Pai-nosso forma o centro da seção central do Sermão da Montanha. As preces do Pai-nosso relacionam-se com o resto do Sermão. No início do Sermão, nas “bem-aventuranças”, é anunciado que o Reino de Deus é para os pobres, os perseguidos e os que lhes fazem companhia — os entristecidos, os mansos, os que têm sede e fome de justiça, os misericordiosos, os puros de coração, os que promovem a paz (Mt 5,3-12). No Pai-nosso rezamos para que venha o reinado de Deus. Fazemos votos de que Deus exerça seu reinado, seu governo. Como? Pela realização de sua vontade, pois aquele cuja vontade é feita é quem reina. Mateus chama isso o “Reino dos Céus”,

recorrendo ao costume judaico de chamar Deus de “os Céus” (ou “o Altíssimo”), para não pronunciar seu nome. A imaginação popular representava Deus mandando e desmandando sobre os anjos. Daí a expressão: que a vontade de Deus seja feita na terra como céu (6,10).

A segunda parte (as três últimas preces) do Pai-nosso prepara mais aquilo que vai seguir no Sermão: o pão de cada dia (cf. 6,25-34; a parábola dos lírios do campo), o perdão (cf. 7,1-5), e a segurança no dia da provação. Podemos orar por essa segurança, mas ela só será segura se basearmos firmemente nossa vida sobre a palavra de Jesus, pondo-a em prática (Mt 7,13-27).

Comparemos agora o texto de Mateus com o de Lucas (Lc 11,2-4)

Mt 6,9-13

- ⁹Pai nosso que *estás* nos céus,
santificado seja teu nome;
¹⁰venha teu Reino;
seja feita tua vontade,
como no céu, assim também na terra.
¹¹O pão nosso cotidiano dá-nos hoje,
¹²e perdoa-nos as nossas dívidas,
assim como nós temos perdoado
aos que nos devem.
¹³E não nos introduzas em tentação,
mas livra-nos do Maligno.

Nas duas formas reconhece-se a metáfora do pai israelita, chefe de família (no caso: rei, pois implora-se o seu reinado), provedor das necessidades (o pão), juiz (perdão), protetor (proteger contra a provação/tentação). Conhecem-se orações israelitas contemporâneas com teor semelhante. A forma mateana tem algumas palavras a mais, que não modificam sensivelmente o sentido:

1) “*Que estás nos céus*” (v. 9) é uma circunlocução judaica para dizer Deus (evitando pronunciar seu nome). O texto

Lc 11,2-4

- ² Pai,
santificado seja teu nome;
venha teu Reino;

³ O pão cotidiano dá-nos a cada dia,
⁴ e perdoa-nos os nossos pecados,
pois nós também perdoamos a todo
aquele que nos deve;
e não nos introduzas em tentação.

de Mateus é, portanto, mais explícito e mais judaico neste ponto.

2) “*Seja feita a tua vontade*” (v. 10b) deve ser considerado como um paralelismo hebraico explicitando o sentido de “venha teu reino” (v. 10a). De fato, o reinar de Deus só é eficaz lá onde sua vontade é posta em prática. Este traço deve ser relacionado com os diversos textos nos quais Mateus, geralmente por conta própria, remete ao fazer a vontade do Pai. O caso mais próximo é na conclusão do Sermão, Mt 6,21 (sem paralelo em Marcos

ou Lucas). Outro caso é a parábola mateana dos dois irmãos (veja Mt 21,31). Mas a semelhança mais notável encontra-se na cena do Getsêmani, quando Jesus reza pela segunda vez (Mt 26,42, cf. Mc 14,39) — texto que comentaremos logo a seguir.

3) *“Como no céu, assim na terra”*: com estas palavras, a versão que Mateus oferece do Pai-nosso arremata ritmicamente o triplo paralelismo dos vv. 9c.10a.10b; a expressão corresponde a “que estás nos céus” do v. 9b e encerra assim, com uma inclusão, a primeira parte da oração.

4) *“Dá-nos hoje”*. Em Lucas, a prece pelo “pão cotidiano” (ou, conforme outra tradução, o “pão necessário”) pede-o para “cada dia”. Provavelmente não há muita diferença de sentido em relação a Mateus, mas este parece mais incisivo: “hoje”!

5) *“Como nós temos perdoado”*. Lucas diz: “Como nós perdoamos”. A expressão de Mateus dá a entender que o perdoar é condição para receber o perdão de Deus. Por isso, Mateus acrescenta ao Pai-nosso o “corolário” dos vv. 14-15, sobre o perdão

prévio, texto inspirado em Mc 11,25 e elaborado em Mt 18,23-35 (a parábola do devedor que não perdoava).

6) *“Mas livra-nos do Maligno”*: mais uma vez um paralelismo que significa substancialmente a mesma coisa que o verso anterior, “Não nos introduzas em tentação”. A tentação ou provação do tempo final é a última reação do Maligno, de Satanás. Os cristãos, conscientes do perigo, pedem a Deus para que fiquem poupados disso.

Conservemos, dessa rápida consideração do Pai-nosso, peça central do Sermão da Montanha, a idéia de podermos chamar Deus de Pai porque nos dispomos a fazer sua vontade. É assim que termina o Sermão da Montanha: *“Nem todo aquele que me diz: ‘Senhor, Senhor!’ entrará no Reino dos Céus, mas só aquele que põe em prática a vontade de meu Pai que está nos céus”* (Mt 7,21, texto próprio de Mateus, logo seguido pela parábola final sobre os que “ouvem e põem em prática”, Mt 7,24-27, a casa construída sobre a rocha).

OS DOIS FILHOS

Mt 21,28-32 é um texto próprio de Mateus. Há quem diga que seria a versão que Mateus apresenta da parábola do filho pródigo (e do filho resmungão) de Lc 15, mas isso não importa para o que queremos demonstrar: que a relação com Deus como Pai, segundo Mateus, está ligada à prática *efetiva* de sua vontade.

A parábola se encontra num contexto em que Jesus ataca as autoridades judaicas: os sumos sacerdotes e os anciãos (cf. 21,23). Depois de os ter frustrado na tentativa de o apanhar na pergunta sobre a autoridade (Mt 21,23-27), Jesus lhes conta a parábola dos dois filhos. O primeiro

diz “não”, mas arrepende-se e faz o que o pai pede. O segundo diz “sim”, mas não faz. *“Qual dos dois fez a vontade do pai?”* (v. 30). Como são inteligentes, os sacerdotes e anciãos respondem: *“O primeiro”*. Jesus então os repreende porque eles se comportaram como o segundo filho, dizendo, mas não fazendo (cf. os fariseus em Mt 23,3). Ao passo que os publicanos e as prostitutas, por ocasião da pregação de João, abandonaram seu mau caminho e deram crédito a ele. Por isso precedem os chefes judaicos no Reino dos Céus. A mensagem é: fazer efetivamente a vontade do Pai.

Passemos agora para a narrativa da agonia de Jesus, no Getsêmani. Na primeira oração, Jesus pede: *"Meu Pai, se for possível, que este cálice passe longe de mim; todavia, não como eu quero, mas como tu queres"* (Mt 26,37; Mc 14,36 escreve: *"Abbá, Pai..."*). Da segunda vez, Marcos diz que Jesus orou repetindo as mesmas palavras (Mc 14,39); Mateus as repete explicitamente, com leve modificação: *"Meu Pai, se este cálice não pode passar sem que eu o beba, seja feita a tua vontade"* (Mt 26,42).

Certamente não é por acaso que nesta elaboração, brotada da própria mão de Mateus, a prece recebe a mesma forma que o Pai-nosso: *"Seja feita a tua vontade"* (Mt 6,10). Jesus é, sobretudo no evangelho de Mateus, o mestre e o exemplo do fiel. Este deve fazer como o mestre. Podemos dizer que Jesus rezou no Getsêmani seu Pai-nosso, para que nós rezemos o nosso no mesmo sentido: com a disposição de fazer a vontade do Pai.

QUAL É A VONTADE DO PAI?

O evangelho de Mateus é, como dissemos, uma *torah*, uma instrução sapiencial sobre o caminho da vida. Não é um código de leis, mas uma coleção de exemplos em torno ao caminho de Jesus e dos seus discípulos. Devemos, pois, procurar exemplos daquilo que é a vontade do "Pai que está nos céus".

O termo "vontade" ocorre em 18,14, no contexto da comunidade: que nenhum desses pequenos se perca. Ou seja, que nenhum membro da comunidade, nem mesmo o mínimo, caia na perdição, por causa do "escândalo" (cf. 18,6) dos outros membros da comunidade. "Escândalo" é tudo que faz alguém cair, pelo pé, pela mão ou seja lá o que for (palavra áspera, indiferença, falta de

caridade, de compreensão, de generosidade...).

Na mesma linha, podemos reconhecer a vontade do Pai na parábola final que encerra o ensinamento de Jesus, embora não use os termos "vontade" ou "agrado". *"Recebei em herança o Reino que meu Pai vos preparou desde a criação do mundo... todas as vezes que fizestes isso a um destes mais pequenos que são meus irmãos, a mim o fizestes"* (Mt 25,34.40). A bondade e generosidade do dia-a-dia, inconsciente da grandeza de seu empenho, essa é a obra que põe em prática a vontade do Pai e nos faz participar de seu Reino.

Assim se realiza a prece do Pai-nosso: *"Venha o teu Reino, seja feita a tua vontade"*.

O PAI E OS FILHOS

O texto que estou escrevendo pode ter decepcionado quem esperava considerações suaves sobre o Pai bondoso, o "pai-zão", ou "paizinho", como alguns chegam a traduzir o *Abbá* da oração de Jesus. Tal pai-zão, fazendeiro bonachão, ou tal paizinho de família burguesa moderna,

que serve para os filhos brincarem, não é o pai, fonte de vida e autoridade última, dos tempos bíblicos. Não quero entrar em polêmica com um clássico da exegese bastante divulgado entre nós e que induz o leitor incauto a pensar nesses termos caricaturais². Esse autor não conhe-

2. J. JEREMIAS, "Abba". *Studien zur neutestamentlichen Theologie und Zeitgeschichte*, Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1966.

cia os textos judaicos que ultimamente vieram à luz e, sobretudo, tinha pouca sensibilidade pelo caráter patriarcal arcaico da "paternidade" sugerida pelo uso mateano. Se é verdade que o aramaico *abbá* tem uma conotação de intimidade, é notável que Mateus, embora o mais aramaizante dos evangelhos, evita esse termo e prefere o hierático "Pai nosso (vosso) nos céus (celeste)" da liturgia judaica ou, no caso da oração de Jesus em Getsêmani, "meu Pai" (Mateus 26,39 substitui o termo *abbá* de Mc 14,36 por "meu Pai").

Admito que no evangelho de Lucas a figura do Pai se caracteriza pelo perdão regenerador, especialmente na parábola do filho pródigo, hoje chamada a parábola do pai misericordioso. E mesmo em Mateus, alguns textos, fortemente marcados pela tradição que ele usou (a "*Quelle*"), acentuam mais a carinhosa solicitude do Pai que sua autoridade (Mt 6,24-34). Mas o perfil principal do Pai em Mateus é o do Deus liturgicamente invocado na comunidade, criador da vida e senhor que espera de nós o cumprimento *efetivo* de sua vontade, que nos é ensinada por seu Filho por excelência, Jesus, nosso mestre, em

suas palavras e no exemplo do Getsêmani e da cruz. Esta vontade é o amor bíblico, a *hésed*, a bondade gratuita e fiel, baseada na aliança que Deus de graça estabeleceu conosco. Se somos seus filhos, gente de sua raça, e se demonstramos isso no cumprimento dessa *hésed*, podemos chamá-lo de Pai, com mais direito ainda que o justo do livro da Sabedoria (Sb 2,12-24, especialmente v. 13 e 16).

Jesus nos convida a sermos "*perfeitos como nosso Pai celeste é perfeito*" (Mt 5,48). Lc 6,36 diz "misericordioso", o que é a tradução de *hésed*. A perfeição de Deus é a mesma coisa que sua misericórdia. Ele é o que é. Nós somos criados à sua imagem e semelhança. Nossa vida deve estar dirigida na direção que ele nos mostra. Não se trata de uma perfeição no sentido de não deixar nada a desejar. Trata-se de uma exortação a vermos na bondade gratuita de Deus a meta de nosso viver. "*Assim vos tornareis filhos do vosso Pai que está nos céus*" (Mt 5,45).

"Pai" e "filho" são dois termos que se invocam mutuamente. Não tem sentido pensarmos na bondade do Pai sem querer ser seus filhos, isto é, aqueles que fazem sua vontade.

EM NOME DO PAI...

O evangelho de Mateus termina assim: "*Foi-me dada toda autoridade no céu e na terra. Ide, pois, fazer discípulos entre todas as nações e batizai-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Ensinai-lhes a observar tudo o que vos tenho ordenado. Eis que estou convosco todos os dias, até o fim dos tempos*" (Mt 28,18b-20).

Mateus faz aqui a "amarração" final do seu evangelho. Antes da morte e ressurreição, a atividade de Jesus estava limitada ao povo de Israel (cf. Mt 10,6; 15,24). Mas agora sua missão se cumpriu.

Perante os que buscaram sua morte, ele se manifestou como o Filho do Homem, o enviado de Deus no tempo final (Mt 26,64). À provocação blasfema dos chefes, que citam o Salmo 22,9: "*Confiou em Deus, que o livre agora, se é que o ama*", Deus respondeu ressuscitando Jesus dentre os mortos. Jesus participa agora plenamente do senhorio universal do Pai, toda a autoridade lhe é dada, como ao Filho do Homem em Daniel 7,13-14. Por isso, ele pode agora estender sua missão sobre toda a terra e sobre todos os povos. Mas quem vai pôr em prática essa mis-

são são os que estão aí, os discípulos. Eles vão fazer discípulos não só em Israel, mas em todas as nações. E dar-lhes-ão o sinal da pertença à comunidade de Jesus, o batismo, não mais o de João, que batizava com água, mas o batismo com o Espírito. Batismo em nome do Pai e do Filho, que reparte com ele toda a autoridade. E também em nome do Espírito, que impeliu Jesus desde que, no seu batismo, foi proclamado Filho. Assim, aquele que em Mt

1,23 foi chamado de "Emanuel, Deus-conosco", estará conosco até o fim dos tempos (28,20).

As grandes linhas do evangelho são aqui amarradas num único nó. O Pai é o Pai de Jesus, o Filho por excelência, e este deixa o seu ensinamento para que os que se tornarem discípulos seus entre todos os povos possam orar: *"Pai-nosso, seja santificado teu nome, venha teu Reino, seja feita tua vontade..."*.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Quais são os principais traços da figura de Deus Pai que aparecem já nos textos do Antigo Testamento? Que "novidades" o Novo Testamento apresenta?
 2. Porque o evangelho de Mateus pode ser considerado o "evangelho da vontade do Pai"?
 3. Como transmitir a outras pessoas a imagem de Deus Pai própria do evangelho de Mateus?
-

Reconciliação na Prática

FREI BERNARDINO LEERS, OFM

1. A INSPIRAÇÃO DE UM PINTOR

Na arte cristã é costume apresentar a parábola do filho pródigo, do pai misericordioso, na forma de um abraço apertado entre o pai e o filho. A imaginação do pintor Rembrandt criou em água-forte uma pintura algo diferente. Ele coloca o filho magrinho e maltrapilho de joelhos e o pai se curvando para levantar o filho pobre que ressuscitou. Na porta da casa, no fundo do quadro, está um empregado com

uma roupa nova e bonita e um turbante festivo nas mãos para começar a festa. Na janela, um jovem que olha orgulhoso por cima da cena do pai que levanta o filho perdido. É o filho, pelo qual o leitor fica sabendo, o que seu irmão tinha arrumado no país longínquo. O pai nem queria ouvir explicação ou discurso. Ajudou o filho ajoelhado a se levantar e ser filho novo e nada de empregado. Deus é assim.

2. REALIDADES MUITO HUMANAS

Às comunidades religiosas nada de humano é estranho. Discussões exaltadas, brigas, intrigas, fofocas, indiscrições, ofensas, marcações de determinadas pessoas, isolamentos, discriminações, injustiças podem perturbar a paz, dificultar a convivência até torná-la impossível. Sob a bandeira da união da Igreja, da instituição religiosa, passa tudo que afasta, isola e separa os seres humanos. A linda metafísica de que todos são iguais, bate sempre de novo contra a alteridade do outro e a singularidade própria, diferente de cada um, em idéias, atitudes, decisões e estilos de vida. No movimento cultural, diferenças de gênero, cor, caráter, forma-

ção intelectual, geração formam muitas vezes áreas de conflito em que o diálogo aberto e não o silêncio, o decreto e a censura há de desenvolver o processo de aproximação, entendimento mútuo e pacificação dos espíritos.

Conflitos e separações são fatos que se repetem nos vinte séculos da Igreja católica e da civilização cristã. Do lado da sombra, condenações e guerras religiosas, em que a religião desempenha papel importante nas motivações, acompanham a caminhada dos católicos até hoje. As tristezas das separações do Oriente cristão, depois do Norte germânico e tantas heresias facilmente podem ser colocadas na

civilização

da vida nova sem mancha ou pena. O que Ele joga para trás some, desaparece porque Ele não olha para trás e fica de frente para atrair, iluminar o caminho e seduzir seus filhos e filhas. É radicalidade de perdão sem memória do passado, sem ressentimento ou manter distância ou acanhamento. Ficar sem graça é uma experiência humana que pertence à reconciliação social comum. Quem é o primeiro a abrir o jogo da nova aproximação?

Fazer as pazes no contexto da comunidade religiosa é uma arte difícil, mesmo se fosse apenas porque as tentativas de camuflagem com teologias do amor fraterno e do sofrimento funcionam com leveza. Feridas profundas são cobertas com panos quentes, mas continuam infectadas e acumulam o pus da agressividade que de uma vez pode irromper na superfície social. Conflitos de idéias, concepções de vida, atitudes, durante muito tempo latentes e cobertos com o manto da "caridade", explodem de vez e levam a transfêrências e separações. Inimizade não existe apenas fora de conventos e mosteiros.

Re-conciliação supõe um convívio conciliado anterior que se perdeu. O amor e a amizade harmônica que Deus vivia originalmente com seu filho, sua filha, se gastaram, esgotaram ou foram abruptamente quebrados pelo orgulho deformado da criatura que queria "seu dinheiro" para gastá-lo do seu jeito. A experiência péssima do pecado de nem ter lavagem de porco para se alimentar, faz sentir de novo a saudade da volta do filho ao pai, talvez apenas fracassado, talvez com discurso preparado, abafado pelo pai satisfeito, alegre demais com a volta do filho perdido.

Pela morte e ressurreição de seu Filho, Deus nos reconcilia sempre de novo consigo. A morte do pecador não Lhe interessa, mas sim que ele viva e se recupere no hospital do perdão e a boa ali-

mentação da Eucaristia, celebrada na comunidade com irmãos e irmãs.

Fazer as pazes é na base de simplesmente esperar o outro para ver como fica, depois que o conflito irrompeu ou a briga estourou. As parábolas de ovelha desgarrada e a da dracma perdida demonstram que a paz é o resultado da procura do outro, o ofendido sai para reencontrar aquele que o tem ofendido. Em condições inter-humanas não convém dar facilmente a culpa a um dos envolvidos. Como a história do primeiro Testamento testemunha, Deus fica perseguindo pertinazmente seu povo eleito e predileto, mas infiel. Em seu cântico do Servo, o autor assume este tema na perspectiva do grande sofredor que não entende porque Ele há de sofrer tanto nas mãos daqueles que Ele cercou de carinho e benefícios. Deus é o cordeiro que os pecadores infiéis sacrificaram, mas eles são salvos por Ele no banho de sua misericórdia.

Na práxis cristã, o problema não é Deus, em sua vontade de perdoar e levantar o filho pródigo, mas a própria criatura humana que não sabe compreender o perdão que recebeu e considerar seu passado extinto, porque Deus criou nova criatura, uma criança que começa de novo a viagem. Idéias que projetam o demasiado humano em Deus e fazem dEle um perito contador com um livro de haver e dever, cuidadosamente guardados no arquivo celeste para a hora H, perturbam muitos penitentes. Sua confiança no perdão absoluto de Deus é tão pequena que sempre de novo voltam ao seu cemitério para lamentar suas memórias angustiantes do passado de pecador. Pecado perdoado não existe mais e some para sempre. São as dúvidas e a fé fraca do convertido que não deixam suas feridas se fecharem sem marca. Pela fraqueza humana, porém, o passado perdoado pode virar uma tentação perturbadora e traumatizante.

4. NA ESCOLA DE JESUS

Uma meditação paciente dos dados evangélicos ilumina a variedade versátil de Jesus nos processos de reconciliação de Deus com os pecadores marginalizados. A absolvição no sacramento, que infelizmente continua a ser chamado com pertinácia "confissão", formulou o eixo central: *Deus, pai misericordioso que, pela morte e ressurreição de seu Filho, nos reconciliou consigo.* Na pessoa e ação de Jesus, Deus fornece a energia vitalizante em qualquer evento de reconciliação inter-humana, seja de pessoas, povos, etnias, culturas ou religião.

Para esta prática social é muito instrutivo descobrir como Jesus reconcilia com rara flexibilidade, adaptando-se às situações e aproveitando-se dos gestos e palavras das ovelhas perdidas que Ele encontra. O que importa já observar é, que sempre nos processos de reconciliação se tratava de "casos" sérios de pecados e exclusões e não de ninharias que fazem com que o sacramento comum da reconciliação se torne quase monopólio de tudo quanto há de pecadinhos, maus pensamentos e desejos de cada dia, os quais até o justo comete. Assim se prejudicam exatamente aqueles pecadores que um humorista chamou de peixes grandes. Há na vida cristã vários meios como: orações, sacrifícios, cultos comunitários e principalmente a Eucaristia, a fim de conceder a reconciliação com Deus. Só os pecados mortais de culpa real precisam ser submetidos ao poder das chaves.

Nas táticas de levar a reconciliação aos que precisam, Jesus é, às vezes, provocador. Para Zaqueu, o publicano malquisto era: *quero almoçar com você.* Para seus discípulos ou seu auditório em geral era a acusação: *vocês não têm fé.* Para os que o condenaram à morte era uma prece intensa de perdão, quase desculpa: *Pai, perdoai-lhes porque não sabem o que fazem.*

Delicado, sem dar explicitamente o nome, Ele desmascarou seu traidor na última ceia que foi, de fato, a primeira. Com sinceridade direta, sem rodeios, acusou seus adversários fariseus de sua falsidade e dos abusos contra o povo. De outro lado, conforme o evangelho de João, a delicadeza de Jesus em assumir Pedro como rocha da Igreja a começar, sem menção à traição. Mas a delicadeza com que Jesus inicia a reconciliação de Zaqueu e a sociedade que o despreza, muda em dureza para com Pedro. O protesto de Pedro contra sofrimento e morte é muito humano, demasiadamente humano. Para abrir-lhe os olhos da fé Jesus ataca duramente: *vai embora satanás; você conhece os pensamentos dos homens, não conhece os pensamentos de Deus.* Terapia de choque às vezes serve; talvez leve a cortar uma orelha. Na hora do aperto, preso num beco sem saída, o humano da fuga e traição voltam a todo vapor. Também na tempestade, a crítica de Jesus não usa luvas de veludo: *vocês não têm fé, embora pescadores experientados sabem das coisas e não vão gritar à toa em uma turbulência destas.*

Para com o povo, seus ouvintes comuns, Jesus cria um processo de reconciliação eminentemente tolerante. Sua ajuda provocadora da fé e do seguimento é direta, curando doentes, aleijados, surdos-mudos, leprosos, partindo o pão para um povo faminto no deserto. Em revelar as coisas de Deus, porém, Ele usa parábolas sugestivas para levar seu público de mansinho à descoberta e grata aceitação da Verdade. Na intimidade com os seus discípulos que o acompanham, Jesus usa linguagem direta, embora ainda pesada demais para ser entendida e assumida com firmeza. O Espírito Santo comunicaria toda a verdade do mistério do Deus conosco. No entanto, também a

tolerância com sua linguagem camuflada que estimula a procura, tem seu valor a prazo. Jesus mesmo agradece o Pai que revelou tudo isso aos pobres e pequenos, mais sensíveis do que os doutores considerados sábios.

Na recomposição da conversa de Jesus e a samaritana, são João mostra todo seu talento de repórter. Com a naturalidade de um homem cansado de longa caminhada sob um sol de "estourar mamona", Jesus toma a iniciativa, um homem judeu pedindo água a uma mulher samaritana que conhece bem o desprezo dos judeus pelo seu povo. Mais ainda, um homem abordar em plena rua uma mulher desconhecida era mais do que apenas uma curiosidade. Aos poucos, em longa prosa, Jesus leva a mulher à verdadeira reconciliação. Não importam detalhes. Jerusalém ou Samaria? Em qualquer lugar Deus vive e pode ser adorado. Quantos maridos ela gastou, Jesus já sabe e nem entra no assunto, pois a reconciliação leva a descobrir o verdadeiro Profeta. Em qualquer processo de reconciliação, Deus é o princípio, a continuação, às vezes tão penosa e o fim, o perdão e a paz autênticos. Os graúdos de Samaria não reconheceram a mediação da mulher de longa prosa. De qualquer maneira, no processo da reaproximação que sempre tem Deus no fundo, não importam pormenores. O que importa é conviver em paz, sem discriminação, sem desprezo e sem superioridade. O povo diz: Deus é bom Pai da gente, de toda a gente, sublimando diferenças, distâncias e separações. O Amor é de boa Paz.

A vida de Jesus entre nós foi um serviço de reconciliação em formas adaptadas às pessoas e às situações divinas. Apesar das tentativas de desviar a conversa do judeu que lhe pediu água, a samaritana começa a abrir o coração à fé e ao amor. A diferença entre o templo de Jerusalém e o santuário de Samaria foi superada na

abertura da fé de que Deus está em qualquer lugar e se encontra no espaço humano todo. O que Jesus fez com Zaqueu não foi somente abrir-lhe os olhos, mas torná-lo mais aceitável e simpático, mais bem integrado em seu povo, distribuindo muitos bens e fazendo amigos "pela mamona".

A reconciliação da mulher adúltera é outra forma. Fariseus para acusarem os outros, sempre há. Evidentemente, como até hoje, o homem adúltero não aparece. O povo gosta de sensacionalismo e de olhar as caixas de lixo dos outros. A pergunta que fazem a Jesus é para destruir-lhe a fama de justo que Ele tem entre o povo. Pessoas reais valem mais do que leis e costumes. Pecadores, na concretude de sua miséria, são mais importantes do que pecados nos manuais de teologia moral. Com toda a calma, Jesus esvazia a praça da massa curiosa pois discrição e privacidade são básicas na reconciliação. Não há tentativa nenhuma de medir a culpa da mulher humilhada e envergonhada até o extremo pela crueldade covarde humana. Condenar depois do fato não tem sentido. Reconciliar não é analisar para trás, mas oferecer nova amizade e paz. E não pecar mais, já deve ter sido o propósito daquela mulher angustiada. Saiu em paz, sozinha. Como a sociedade a aceitou depois, o evangelho não conta. O problema da reintegração na sociedade de hoje que se chama cristã continua mais ou menos o mesmo.

A mulher pecadora tomou ela mesma a iniciativa para encontrar seu amor, enfrentando o fariseísmo todo da alma cristã. Era "conhecida" na cidade das más línguas que gostam de humilhar os outros. A tática de Jesus é dupla. Deixa a mulher fazer o que desejou. Atacado pelos maus pensamentos, — ferro quente e fonte de confusão nas consciências —, ele assume a defesa da mulher, compa-

rando o que a mulher fez com o que o hospedeiro devia ter feito, mas não fez. E deixou para todos os tempos uma chave preciosa no processo da reconciliação: *muito lhe foi perdoado porque muito amou*. Amor é uma palavra muito instável, muitas vezes epidérmica demais na linguagem popular. Aqui mostrou na mulher toda a sua força sublime que são Paulo, à sua maneira, reconheceu: a caridade encobre uma multidão de pecados, não a caridade dos outros, mas o amor sincero do pecador lhe garante o perdão de Deus. A tal caridade dos outros nem sempre é coberta eficaz e definitiva.

A celebração mais bonita da reconciliação veio depois. Conforme o relato evangélico esta mulher, Maria Madalena, a primeira pessoa a quem Jesus ressuscitado apareceu em duas palavras: Maria, Rabboni. Fiel companheira até na crucificação e morte de Jesus, recebeu d'Ele a missão de comunicar a Boa Nova aos discípulos que naquela hora tinham fugido. Reconciliação é comunicar confiança ao outro, como se fosse um novo crédito a um homem que gastou à toa o dinheiro emprestado.

Jesus falou uma vez: *Se você estiver com suas dívidas para levar ao altar e se lembrar que seu irmão tem algo contra você, vai primeiro reconciliar-se com ele*. Graças a Deus o cristão não precisa tomar esta palavra sempre a sério como lei absoluta, pois daria muita confusão na hora da celebração eucarística. Mas a tese fica de que a reconciliação entre os irmãos é tarefa-missão mais importante e

difícil do que oferecer algo no altar de Deus, origem de toda reconciliação.

Receber o perdão e paz de Deus não é problema, mas garantia de plena confiança do pecador que quer voltar arrependido da miséria que causou. O problema é reconciliar-se com Deus, irmãos e irmãs. Por dois motivos: não há confiança cômoda de receber perdão nas relações inter-humanas de colisão e conflito; e é mais fácil se dirigir a Deus que não se vê do que encarar seu adversário ofendido e olhar-lhe no rosto, encontrar as palavras ou fazer os gestos adequados e terminar bem o encontro de tentar encontrar a paz. A História da Igreja ou do conflito entre judeus e palestinos fornece, muito material para o caminho de volta à paz. A memória atrapalha e, sem querer, cada um é justiceiro ou sabe encontrar um jeito para camuflar sua culpa e explicar sua injustiça ou desonestidade.

Sinceridade é uma virtude que tira as máscaras no carnaval da vida, mas custa e nem sempre é apreciada pelo outro que tem outra posição e trabalha com outra interpretação. Depois de um conflito, a reconciliação fraterna não é atividade livre. A oração cotidiana do Pai-nosso impõe seriedade: perdoai-nos as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido. Há um certo paralelo com sabedoria judaica e Jesus assume: *amar o próximo como a si mesmo*. Para uma pessoa normal o amor a si mesmo se expressa de mil maneiras na vontade de realizar e crescer na sociedade.

5. A "CONFISSÃO", UM OBSTÁCULO?

Esta pergunta é propositalmente provocadora? Também poderia ser: a "Confissão", um desvio? Em função da catequese dada, este termo se fixou na linguagem popular dos católicos e a renovação oficial do Sacramento da recon-

ciliação não chegou ainda a trocar a terminologia costumeira. Entretanto, a afirmação bíblica de que Deus não quer a morte do pecador mas que ele se converta e viva, ilumina o eixo central da conversão e da restauração da vida do

pecado, do que "dizer seus pecados ao padre". E a graça da reconciliação da parte do Deus do perdão é o início, o centro e o fim do evento todo. Não obstante uma troca eventual, o ponto de interrogação fica pertinente.

5.1. Reconciliação interpessoal

O homem aparentemente bem casado, três filhos, andou muito preocupado. A mulher ficou sabendo que ele tinha uma amante e tal. Briga feia. Divórcio na pista. Não sabendo o que fazer, falou com um amigo que lhe deu muito conselho e terminou: vai se confessar com padre Fulano. Ele é muito bom. Recebeu esta resposta: meu problema não é confessar. Meu problema é se minha mulher me aceita de novo.

Foi um empobrecimento que a atenção ao processo cristão da reconciliação ficou concentrada na "confissão". Por causa da clericalização da Igreja ocidental é que a obsessão de pecados se formou na moral católica e na mente dos fiéis. Até os textos evangélicos comuns sobre a reconciliação perderam seu brilho e força e até a escalada de Mt 18,15-18, caiu no esquecimento.

No passado o Sacramento da reconciliação ocupou lentamente tanto espaço na práxis católica que o largo horizonte da reconciliação, missão de todos os discípulos e especialmente das autoridades eclesiásticas, mais ou menos eclipsou. A revalorização da pastoral da prática do Sacramento está servida com sua reposição no amplo espaço da reconciliação que devia ser um claro sinal da Igreja, povo de Deus. Tentativas de renovar a prática sacramental da reconciliação não têm muita chance de bom êxito sem olhar o contexto da religiosidade popular, condicionada pelo clero do passado.

Na história ocidental, o poder do processo da reconciliação fora do confesso-

nário, tem recebido o nome pouco feliz de correção fraterna. Não se trata simplesmente do santo corrigir o pecador, porque tanto um quanto outro são pecadores no encontro da reconciliação. A experiência religiosa mais profunda de si mesmo, exatamente dos santos, é a consciência de ser pecador. O processo da reconciliação que começa e se desenvolve por Deus, trabalha sempre com duas ou mais pessoas pecadoras.

Por isso, o conselho de se confessarem mutuamente os pecados está mais perto da realidade da fé do que correção que deixa a impressão de ser unilateral. Deus mesmo é sempre o Criador da reconciliação. Seus instrumentos são os seres humanos que colaboram no processo. Também a fórmula ocidental do Sacramento "Eu te absolvo" não é ato hegemônico, mas é pronunciado por alguém que se sabe pecador também e servo inútil. De outro lado, os pedidos sinceros de perdão feitos p.e. no Pai-nosso ou entre cristãos não tem valor, é prender a generosidade da reconciliação e perdão de Deus no espaço muito estreito do confessional. A expressão "só me confesso com Deus" talvez seja individualismo que não vive a consciência da pertença à comunidade eclesial; nem por isso será inútil. Os "pensamentos de Deus" são mais elevados, variados e férteis do que os manuais tradicionais da teologia moral.

Como os ritos mais antigos demonstram, na tradição o Sacramento da reconciliação não foi considerado nem monopólio nem isolado da celebração comunitária da Eucaristia, o ápice da práxis da fé cristã. Cumprido o período da penitência, o penitente recebeu a absolvição eclesiástica pelo fato de ser readmitido à Eucaristia plena, em vez de estar obrigado a sair depois da homilia. A crítica atual de que tantos comungam e poucos confessam, devia ultrapassar a angústia de sacrilé-

gios. Escândalos há, mas há também boa vontade ignorante e consciências subdesenvolvidas por nunca terem recebido formação à altura de cristãos adultos e experimentados na vida. A misericórdia de Deus conhece mais canais de comunicar sua reconciliação do que legisladores sabem captar em leis. José do Egito sonhou com o sol e doze estrelas. O sol da justiça d'Aquele cujo nome seja santificado tem estrelas de graça sem número para reconciliar a criação consigo.

No Pai-nosso, a Igreja reza: seja feita a vossa vontade. O que é esta vontade, são Paulo formulou uma vez de maneira mais sucinta: *a vontade de Deus é a vossa santificação*. Da parte do Pai entram aqui a força criativa de dar vida verdadeira aos seus filhos e filhas; a luz para iluminar o caminho estreito, mas certo; a energia da graça para seguir a direção indicada; o perdão para os pecadores; a esperança que atrai e seduz sempre de novo as criaturas humanas; a coragem de levantar a cabeça porque a salvação está próxima; a liberdade consistente de fazer o bem, o que é útil, honesto, justo e agradável a Deus. Por causa da formação tradicionalista parece que a consciência coletiva vê Deus mais como legislador e juiz e sua vontade pela representação de códigos, normas e proibições com sua sombra larga de pecados e iniquidades. Atualmente a espiritualidade está na moda, mas não será fácil de reformar a mentalidade religiosa do povo.

Apesar de ser uma composição complexa, a fórmula dogmática do Concílio Tridentino sobre o sacramento da penitência deixa claro que o poder das chaves se refere neste contexto a pecados mortais subjetivos de culpa grave. Se em condições de indulgências e devoções a exigência é "confissão", supõe-se com razão que deve ser interpretada confor-

me o Concílio. O mesmo vale para o dever do catecismo que impõe o dever aos católicos de se confessarem uma vez por ano. Desde o sétimo século, a confissão auricular de pecados veniais com culpa, chamada devocional, há de seguir a mesma interpretação. Em Minas Gerais, muitas pessoas fazem ainda distinção entre *confessar* = matéria grave e *reconciliar* = matéria leve. Sem subestimar o valor santificador da "confissão" devocional, conselho não é obrigação ética; embora seja valioso e muito útil em caminho para o mistério de Deus.

5.2. Reconciliação social

"Pai, perdoai-nos as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido". A oração inclui duas direções: a reconciliação da parte de Deus e a reconciliação da parte da vítima da ofensa, ultraje e tais. Nas relações interpessoais entra o pedir desculpa ou o capítulo de culpa ou outro ritual. Entretanto, essa história não é tão simples, porque a necessidade de reconciliação é bem mais ampla no contexto atual.

Nos discursos, nem sempre fica claro o que a palavra "povo" significa em uma sociedade de classes. É a população toda ou distinta da elite em posses e poder e a classe média, a massa de pobres de salário mínimo ou menos, ônibus e fila. Atualmente, uma nova consciência começa a se divulgar de que ricos e pobres não são duas categorias, mas que os pobres estão umbilicalmente ligados à concentração de renda, posses e poder político dos ricos. São de fato empobrecidos, vítimas de exploração e falta de oportunidades justas. Nesse quadro social, reconciliação vem a ser, fazer justiça e lutar pela justa distribuição da renda e dos recursos disponíveis.

Religiosos e religiosas que, muitas vezes, combinam sua pobreza com bastan-

te posses e conforto, têm uma missão especial, por causa de sua influência e poder sociais. Reconciliação social, seja econômica, étnica, política ou de gênero não se limita a fazer amizade ou tratar com respeito os outros. Discriminações sociais continuam, mesmo se o relacionamento com uns pobres, negros, mulheres ou homossexuais é humanamente amigável. Erradicar discriminações e preconceitos exige um trabalho a longo prazo: a visão social há de ultrapassar o pequeno mundo interpessoal de amigos e desafetos e descobrir as raízes do mal da separação e redução de pessoas humanas à segunda ou terceira categoria. Na atualidade brasileira, o discurso novo sobre espiritualidade não pode ser a antítese reacionária à conscientização social progressiva na Igreja dos pobres e às lutas múltiplas, barulhentas e silenciosas por mais justiça e direitos reais e efetivos de todos que, em teoria, são cidadãos. Também na Vida Consagrada muitas imagens de santos sumiram. Os falsos ídolos também?

5.3. Reconciliação ecológica

O homem é o homem e seu contexto, tanto social e cultural, quanto cósmico. Por causa de tantos desastres, desmatamentos, poluição, intoxicações e tantas outras calamidades que, pela natureza, atacam a saúde e o bem-estar, um processo de conscientização está ocorrendo que completa a reconciliação com o outro e os outros com a reconciliação com a natureza, o ambiente cósmico de terra, ar, água, luz, bichos sem os quais a humanidade não tem chance de sobreviver um dia. Os seres humanos são simbolicamente de barro, realmente da terra, matéria com a matéria, feitos de pó e destinados a voltar ao pó terreno.

O cristão se lembra do mito belíssimo da criação do mundo, expressão de sua

fé e da fé dos judeus. O homem moderno está começando a perceber que seu tal progresso econômico tem produzido o pioramento de seu ambiente de vida, ameaçando até a própria sobrevivência. Pela tradição judaico-cristã o respeito profundo se cultiva para com tudo o que a generosidade de Deus cria para os seres humanos, suas criaturas especiais. A estas compete administrar com prudência para o bem de todos e combater a destruição das espécies, a caça e pesca exaustivas, o esgotamento de matérias-primas e todas as formas de poluição física e cultural. A terra está maltratada e mal-servida. O homem é mau administrador em muitos casos.

O homem urbano, especialmente, precisa mudar mentalmente para começar um processo de reconciliação com a natureza cósmica. Nascido e criado no asfalto não pisa com pés descalços na terra; água vem da torneira; pão da padaria; roupa de uma loja; alimentos em plásticos do supermercado; chuva incômoda; não enxerga as estrelas e a lua cheia. Entre as paredes de sua casa, apartamento ou convento, a distância com as origens naturais de sua vida é grande demais para sentir sua pertença à mãe-terra que produz tudo o que os corpos humanos necessitam para existirem e caminharem como peregrinos terrestres. Espiritualidade que não pisa firme na terra esquece a condição humana real presente e não sabe cantar com o coração o "Cântico do Sol". Para o cristão o sentir com a Igreja, com a humanidade, assume o sentir com o cosmo, admirar, respeitar e cultivar a natureza, criatura de Deus, a qual sofre e geme atualmente mais do que nunca esperando a plena libertação do universo humano em Cristo e por Cristo ser entregue ao Pai.

No processo da reconciliação dos seres humanos com a natureza cósmica, a

U
C
I
B
R
A
R
I
O
D
E
C
I
S
I
M
O

conscientização de que "somos terra" e umbilicalmente ligados à terra é apenas o início. O ser humano é terreno e não um espírito voador. Ele é encarnado, corpo que depende das condições indispensáveis do ar, água potável, da alimentação e da ampla produção de bens materiais, da roupa até a casa. Embora a problemática ecológica seja mundial, é de grave responsabilidade político-econômica: em extensão menor cada pessoa pode contribuir para diminuir as chagas no rosto da Mãe-terra, combatendo a poluição, produzindo menos lixo jogado em qualquer canto

e redescobrimo o valor da sobriedade da vida que protege melhor a saúde do que regimes e tratamentos para emagrecer. Defender o verde e cultivá-lo na selva de pedras, chamada cidade, são outras expressões de reconciliação e boa convivência com o ambiente terreno em que pisamos, respiramos, nos alimentamos e descansamos. Será que mais contato e conhecimento da população autóctone, os índios, em sua convivência com a Mãe-terra, não ajudaria a população em geral a desenvolver uma consciência e reconciliação ecológicas mais eficientes?

6. MIUDEZAS PRÁTICAS

- Na convivência religiosa, o respeito pela alteridade do outro é básico para a paz. Uniformes e anos de formação podem ser iguais, mas cada religiosa ou religioso é pessoa singular.
- Se alguém errar seriamente, que seja corrigido conforme a escala de Mt 18,15-18 sugere.
- Fofocar ao pé do ouvido é criar uma nuvem em que o acusador se esconde. A fofoca é o reino dos covardes. O pior acontece, se "todo mundo" sabe, a vítima nem informada é.
- Quem semeia vento, deve esperar tempestade. Quem provoca, precisa contar com respostas à altura. Chutar as canelas dos outros, só no futebol de várzea ou roça.
- Isolar-se e ser isolado, ser marginalizado e marginalizar-se são dois lados da mesma moeda social. Também a reintegração costuma ser bilateral.
- Discrição é uma bela virtude que, às vezes, é pouco praticada. E o segredo profissional e comisso consta em qualquer manual de moral cristã, mas o papel é paciente.
- Quanto mais profunda a ofensa ou humilhação, tanto mais tempo custa a

cicatrização da ferida. Encobrir a história logo com o tal manto da caridade, é rebocar um muro rachado com cal; pouco depois a rachadura se manifesta de novo, às vezes maior.

- São Tiago já sabia: a disciplina da língua é arte difícil, mas indispensável à paz, especialmente nas discussões frequentes em época de crises e reformas. Cabeça fria e correção tolerante são palavras fáceis, mas práticas exigentes.
- Que ginástica o pobre cristão há de fazer para afirmar: amo o pecador, mas odeio seu pecado.
- Deus perdoa e não volta nunca mais ao assunto. A fraqueza humana precisa construir sepulturas bem fechadas para cadáveres mal-cheirosos de seu passado.
- Um dominador que decreta sem consultar ninguém e um egocêntrico que só faz o que quer e lhe agrada, sem combinar nada com ninguém, são facilmente pedras de escândalo numa comunidade que soletra as palavras partilha, comunicação, diálogo, colaboração transparente.
- Engolir sapo é uma experiência humana comum. Mas o sapo costuma ser indigesto e atrapalha, assim, o convívio fraterno.

– A caridade, graça de Deus, leva o outro a crescer e realizar sua libertação. Sua falsifi-

cação mascarada torna o outro um escravo dependente, uma miudeza humana.

7. UMA EXPERIÊNCIA DE FRANCISCO DE ASSIS

“Bem-aventurado o servo que recebe as advertências, acusações e repreensões dos outros com tanta paciência como se proviessem dele mesmo.

Bem-aventurado o servo que, repreendido, de boa mente se submete, com respei-

to obedece, humildemente reconhece sua culpa, voluntariamente oferece reparação.

Bem-aventurado o servo que não procura logo escusar-se e com humildade suporta vergonha e repreensão por falta que não cometeu”.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. O que nos ensinam os dados evangélicos sobre a maneira de proceder de Jesus para levar os pecadores à reconciliação?
2. Como viver hoje a reconciliação cristã nas suas várias dimensões: interpessoal, social, ecológica?
3. Escolha algumas das afirmações contidas no item 6 do artigo — “miudezas práticas” para refletir e compartilhar na comunidade.

Ecclesia in America

PE. ALBERTO ANTONIAZZI

A Exortação pós-sinodal oferece um programa pastoral de consenso, cristocêntrico, voltado para todas as dimensões essenciais da missão cristã: conversão pessoal, comunhão eclesial, solidariedade com todos. Mas não entra nas questões "quentes", lá onde permanecem fortes divergências entre os cristãos.

De 22 a 26 de janeiro, o papa João Paulo II esteve no México para entregar pessoalmente aos Bispos americanos a sua "Exortação Apostólica pós-sinodal", com a qual encerra o Sínodo para a América, realizado em Roma de 16 de novembro

até 12 de dezembro de 1997. O texto da Exortação foi publicado em italiano no suplemento a "L'Osservatore Romano" de 24 de janeiro de 1999 e, em português, na edição semanal de "L'Osservatore Romano" de 30.01.1999, p. 5-20.

FIDELIDADE ÀS PROPOSTAS DOS BISPOS

Uma comparação do texto da Exortação com as "propositiones" (propostas, sugestões) mostra que 70 das 76 "propositiones" dos Padres Sinodais são citadas pelo Papa¹. Não aparecem somente as "propositiones" 1, 7, 39, 47, 59 e 71.

A nº 1 era só uma introdução, que apresentava as "propositiones" ao Papa e não tinha mais sentido na Exortação final. A nº 7 sugeria a inclusão na Exortação de uma história da evangelização da Amé-

rica; a sugestão não foi acolhida, porque de fato o Sínodo não tinha oferecido elementos a respeito. A nº 39 não foi retomada "ipsis litteris", mas está substancialmente presente no nº 33 da Exortação.

A nº 47, sobre as pequenas comunidades eclesiais, sugeria três coisas:

a) declare-se novamente que "as pequenas comunidades eclesiais em nossas igrejas da América são um meio de grande importância...";

1. As proposições do Sínodo, que deveriam estar cobertas pelo segredo, foram na realidade publicadas. Cf., por exemplo, *Il Regno-doc.* 1998/1, p. 10-26 (texto italiano).

- b) em todo o continente seja dado novo impulso à evangelização por meio das pequenas comunidades eclesiais;
- c) considere-se de modo privilegiado esse gênero de atividade pastoral.

Essas sugestões não foram totalmente esquecidas, mas não receberam a ênfase que tinham nos lábios dos Bispos. A proposta que as pequenas comunidades ajudem na animação da paróquia e para torná-la "comunidade de comunidades" (cf. *propositio* 47, a) foi inserida no nº 41 da Exortação ("renovar a instituição paroquial"), citando porém o nº 58 das Conclusões de Santo Domingo e precisando: "comunidade de comunidades e movimentos". A Exortação acrescenta: "*É oportuna a formação de comunidades e de grupos eclesiais de tal dimensão, que permitam estabelecer verdadeiras relações humanas*". Também o capítulo sobre a evangelização, insistindo sobretudo sobre a atividade educacional e sobre os meios de comunicação social, não encontra espaço para as pequenas comunidades (cf. nº 71-72). Elas são rapidamente citadas apenas na seção sobre "o desafio das seitas" (nº 73), onde finalmente é reconhecida a "grande utilidade" das "comunidades de base", junto com movimentos, grupos de famílias e outras formas associativas, para atingir com uma ação evangelizadora os grupos de católicos mais expostos ao "proselitismo" das seitas.

A *propositio* 59 tratava dos movimentos eclesiais e sugeria:

- a) a difusão de movimentos e associações de leigos;

- b) a inserção dos movimentos nas dioceses e a comunhão com o bispo;
- c) a promoção dos movimentos que ajudam a superar o divórcio entre fé e vida.

Salvo erro de minha parte, os movimentos não são considerados pela Exortação num parágrafo especial e são objeto apenas de dois acenos: o do nº 41, apenas citado, sobre a paróquia, e o do nº 29, sobre a docilidade ao Espírito Santo, que nos guia à conversão. Mas isso não significa, creio, que o Papa não queira encorajar os movimentos; talvez queira apenas evitar de insistir sobre um assunto às vezes polêmico e sobre o qual os próprios Bispos têm opiniões diferentes.

Finalmente a *propositio* nº 71 propunha, para a superação dos problemas sócio-econômicos, quatro medidas:

- a) apelo às nações mais ricas para que contribuam mais (conforme prometeram...) à solução do problema da dívida dos Países mais pobres;
- b) apelo à renúncia ao protecionismo por parte dos ricos;
- c) encorajamento à integração regional;
- d) encorajamento à integração pan-americana e à criação de uma nova ordem jurídica internacional.

Dessas medidas, a Exortação retoma com força a proposta do cancelamento da dívida externa dos pobres (nº 59) e, mais genericamente, o apelo à "globalização da solidariedade" (nº 55, que cita as *propositiones* 67 e 74).

Logo, mesmo com as poucas exceções citadas, o Santo Padre retomou plena e pontualmente a contribuição dos Bispos americanos². Acrescentou também algo novo?

2. Além das proposições, o Papa faz referência a outras fontes. Nas 295 notas, encontrei 430 citações, das quais 196 (46% do total) de "propositiones" dos Padres Sinodais, 112 citações bíblicas (26,3%), das quais apenas 7 do Velho Testamento, 42 citações de textos do próprio João Paulo II (9,9%), 30 (7%) do Concílio Vaticano II, 11 do papa Paulo VI, 9 de outros Sínodos, 8 de documentos da Santa Sé, 6 de Padres Latinos, 5 do Direito Canônico, 3 de Concílios ecumênicos anteriores ao Vaticano II, 3 de Puebla, 2 de Santo Domingo, 2 dos Bispos norte-americanos.

Antes de tudo é novo — em parte — a ordem da Exortação. As *propositiones* tinham sido formuladas conforme o esquema do “*Instrumentum Laboris*”, o documento-base da discussão sinodal. A Exortação enriquece e torna mais claro o esquema. Em primeiro lugar, distingue o capítulo I, *o encontro com Jesus Cristo vivo*, ponto de partida e eixo do documento, do capítulo II, *o encontro com Jesus Cristo na América de hoje*, que trata da situação atual das sociedades americanas (e não propriamente do encontro com Cristo). Seguem, como no esquema inicial, os três capítulos sobre o encontro com Cristo como caminho para a *conversão* (III), a *comunhão* (IV) e a *solidariedade* (V). Novo é, por sua vez, o capítulo VI e último, que trata de “*A missão da Igreja na América atual: a nova evangelização*”. Não se trata de um capítulo inteiramente novo, porque é construído todo ou quase com as *propositiones* dos Padres Sinodais, mas dá organicidade e consistência a propostas antes espalhadas em vários lugares, por exemplo nas *propositiones* 2, 8, 10, 16, 17, 22, 23, 24, 25, 45, 57, 58, 65, 66 (citada inexatamente como 86)... A ordem é mais clara também na relação estabelecida entre o capítulo II (situação) e o V (solidariedade). Depois de ter evocado rapidamente a situação religiosa (nº 13-18), o capítulo II apresenta a situação dos *direitos humanos*, da *globalização*, da *urbanização*, da *dívida externa*, da *corrupção*, da *droga* e da *ecologia* (nº 19-25). Os mesmos temas são retomados sob o ponto de vista da solidariedade no capítulo V: *globalização* (nº 55), *direitos humanos* (57), *dívida externa* (59), *luta con-*

tra a corrupção (60), *drogas* (61), *imigrantes* (65), tema que está relacionado com a *urbanização*.

A ordem mais clara coloca em destaque o enfoque que o Papa tinha de algum modo antecipado, dando o tema para o Sínodo. O *tema central* é o encontro com Jesus Cristo — tema típico e central, desde o início, no pontificado de João Paulo II. A missão da Igreja e, nela, a vida do cristão é descrita segundo os três grandes aspectos da *conversão*, *comunhão* e *solidariedade*. Consegue-se, assim, uma síntese simples e forte do dinamismo do seguimento de Jesus: o encontro com Cristo leva a *converter-se* a ele (*metanóia*, transformação pessoal) e faz nascer a *comunhão* com os outros discípulos, na Igreja, e a *solidariedade* para com todos os seres humanos, para com o mundo. Esse encontro necessita de lugares concretos onde se realizar; o Papa indica principalmente três deles: a Palavra de Deus, a Liturgia e o encontro com o pobre (cf. *Exortação*, nº 12).

Numa época na qual também os católicos, muitas vezes vítimas do subjetivismo e do relativismo dominantes, agarram-se a aspectos secundários ou superficiais da religião cristã, o Papa reafirma com clareza as escolhas fundamentais do Concílio Vaticano II e da tradição ecclesial. Diversamente de um possível espiritualismo ou de uma interpretação restrita da missão “religiosa” da Igreja, o Papa ressalta o amor preferencial pelos pobres (nº 58) e a solidariedade com todos os seres humanos, através de uma presença ativa dos cristãos no coração dos problemas sociais mais graves do nosso tempo.

UM TEXTO QUE EXPRESSA O CONSENSO DA IGREJA

Podemos nos perguntar se o Papa, além de ter deixado claramente o marco

das suas preocupações teológicas e pastorais no conjunto do documento, acres-

centou às propostas dos Bispos algum ponto particular. Parece-me prevalecer mais *uma harmoniosa fusão* — no texto da Exortação — entre o magistério do Papa e o dos Bispos, após vinte anos de diálogo ininterrupto. É de se esperar que essa unidade de pensamento se traduza em unidade de ação ou que os Bispos (com todos os fiéis) manifestem o mesmo empenho apostólico, que João Paulo II manifestou de mil maneiras e, por último, levando pessoalmente a mensagem do Sínodo ao continente americano.

O próprio *método de trabalho do Sínodo* favoreceu a elaboração do consenso. As propostas pessoais foram examinadas pelos grupos (e aqui, muitas vezes, aquelas mais radicais ou originais caíram) e, depois, pelo plenário, onde se afirmaram as teses partilhadas por todos ou pela grande maioria.

Esse método tem porém também os seus *limites*, assinalados também por

vários Padres Sinodais. Tende a deixar de lado as questões “quentes” ou polémicas, aquelas sobre as quais não há acordo entre os Bispos, mas que são muitas vezes extremamente importantes para o futuro da Igreja³. Seria talvez oportuno discuti-las em outra instância, fora do Sínodo, para que possam amadurecer melhor? O que o Sínodo oferece é certamente algo precioso. Já seria uma grande ganho se todos colocassem realmente em prática o que o Papa recomenda e o que é, como vimos, objeto de consenso por parte dos Bispos. Mas um programa pastoral mais completo exige tomadas de posição também em questões que o Papa e o Sínodo para a América não debateram ou, pelo menos, não julgaram ainda maduras para uma definição por parte deles. Citaremos algumas delas, naturalmente a partir de uma reflexão pessoal, que não tem — é óbvio! — a autoridade que reconhecemos ao magistério.

OS TEMAS PASTORAIS LATINO-AMERICANOS QUE É PRECISO DISCUTIR MAIS

Falta na Exortação pós-sinodal — mas talvez fosse inevitável, considerados a amplitude e o número dos temas, além da diversidade das situações concretas nos diversos países da América — a indicação dos *meios* com os quais alcançar os objetivos propostos. Um caso típico, para a América Latina, é aquele de como fazer chegar a *celebração da Eucaristia* a todas as comunidades. A Exortação (cf. nº 35) insiste que *“a Eucaristia constitui o centro vivo permanente ao redor do qual se reúne a comunidade eclesial inteira”* e que *“a Eucaristia é um dom imenso: isto levará (os fiéis) a fazer de tudo para par-*

ticipar nela, ativa e dignamente, pelo menos no domingo e dias de festa”. *“Ao mesmo tempo, devem ser estimulados os esforços dos sacerdotes para facilitar esta participação e torná-la possível às comunidades mais distantes”*. Mas como fazê-lo? O Papa recomenda de promover as vocações sacerdotais. Mas estas, mesmo se estão crescendo na América Latina, não poderão repentinamente multiplicar-se ao ponto de poder satisfazer as necessidades. O número dos padres na América Latina, em relação aos habitantes, é o mais baixo do mundo (um sacerdote para cerca de 10.000 habitantes). No Brasil, no domin-

3. Mons. Weakland, arcebispo de Milwaukee, numa entrevista a “Il Regno” (cf. *Il Regno-attualità* 4/98, p. 73 ss.), tinha dito: *“Considerando que os Bispos não se conhecem bem entre eles, procuram ser gentis e evitam as questões cruciais”*. Antes afirmara também: *“Algumas questões que são verdadeiramente “quentes” para nós nos Estados Unidos não foram nem mesmo levadas em consideração, como por exemplo o problema da carência de padres, o papel das mulheres”*.

go, há cerca de 70.000 celebrações da Palavra presididas por leigos, que não têm acesso às cerca de 35.000 Missas que se celebram no mesmo dia.

Um outro exemplo o encontramos num campo totalmente diverso, *a política*. Entre as sugestões apresentadas ao Sínodo havia também o de uma reflexão ética sobre o domínio político que uma só nação exerce sobre todo o continente, recorrendo muitas vezes a meios de pressão inspirados mais pela força que pelo direito. O Papa, também na rápida visita aos Estados Unidos, logo após os dias transcorridos no México no mês de janeiro, lançou o seu apelo para uma política diferente. Em janeiro de 1998, entre a realização do Sínodo e a divulgação da Exortação, o Papa tinha visitado Cuba, reduzida à fome pelo *embargo*. Mas a Exortação não toca no problema. Quando critica a “sociedade dominada pelos poderosos” (nº 63), o faz sobretudo com referência aos problemas internos e à defesa da vida, sem tocar na questão do domínio de um País sobre outros.

Uma outra lacuna quanto aos “meios” é a falta de reflexão sobre como as *estruturas eclesiais* — das quais se reconhece claramente a *necessidade de reforma* em nível paroquial (nº 41) — possam enfrentar tantos e tais problemas, desde guiar ao encontro pessoal com Cristo até à globalização da sociedade. Não se diz com clareza que a Igreja, encontrando-se face a novos desafios, de grande complexidade, deveria aprofundar o processo da sua renovação e da adequação aos novos tempos. Seria necessário traçar mais claramente uma estratégia pastoral e indicar prioridades.

O programa de *evangelização* do capítulo VI carece de uma falta de aprofundamento. Após ter justificado a necessidade da evangelização, pula para a importância da catequese. Ora, também

sem retornar às rígidas distinções dos anos ‘50 entre primeiro anúncio (aos não evangelizados) e catequese (para os que já se acham avançados no caminho da iniciação ao cristianismo), parece faltar aqui a atenção àquele complexo processo pelo qual se suscita no não-cristão o interesse para com a pessoa de Cristo e se ajuda a buscar progressivamente a passagem de suas convicções éticas e religiosas para a compreensão do Evangelho. Também o parágrafo sobre os *meios de comunicação social*, justamente colocados em evidência como instrumento hoje precioso e potencialmente enorme para a evangelização (não obstante o atraso nessa matéria de muitas Igrejas locais), é omissos quanto aos perigos de banalização e nivelamento da experiência religiosa que a *mídia* e, particularmente, a televisão comportam.

Outra questão — não apenas latino-americana, mas ainda mais viva na América do Norte — é a questão da *participação das mulheres* na Igreja. Aliás o Papa, recordando outras intervenções suas (cf. *Mulieris dignitatem* [1988], *Carta às Mulheres* [1995]), enfatiza que a vocação da mulher deve ser ressaltada tanto na Igreja como *na sociedade* e elogia a contribuição feminina na edificação da América. Condena a discriminação, particularmente das mulheres pobres. Condena a “prepotência masculina” e a prática “abominável” da esterilização. E conclui que “deve-se ajudar as mulheres americanas a tomar parte ativa e responsável na vida e na missão da Igreja, como também é preciso reconhecer a necessidade de sua sabedoria e colaboração nas funções diretivas da sociedade americana” (nº 45). Notar-se-á que na Igreja é desejada uma participação “ativa e responsável”, enquanto na sociedade a sabedoria e a colaboração das mulheres deveria levá-las a funções diretivas. Os

Padres Sinodais tinham sido um pouco mais explícitos, pedindo que as mulheres assumam *na Igreja* lugares de responsabilidades (ou seja, funções de direção) e que possam participar da liturgia segundo normas próprias, peculiares (cf. *propositio* nº 11, que o Papa reproduz em grande parte). É claro que uma eventual reforma litúrgica não poderia ser feita às pressas, mas é conveniente lembrar que os Bispos expressaram esse desejo.

Na minha opinião, o aprofundamento das questões pastorais mais difíceis de-

pende de uma análise mais completa das sociedades americanas e de suas tendências. Nem na preparação, nem durante o Sínodo, houve a análise do passado, a história da evangelização. E os Bispos perceberam a falta (cf. a *propositio* nº 7). Do presente foram discutidos aspectos relevantes, mas sem tentar de estabelecer uma visão mais orgânica, que assinalasse a conexão entre os diversos fenômenos. Sobretudo foi ausente a perspectiva do futuro, que poderia iluminar melhor as escolhas a se fazer hoje.

UM EXERCÍCIO DE ANÁLISE CRÍTICA

Há quase dois anos, nesta mesma revista (cf. *Convergência* nº 302, maio de 1997, p. 222-235), apresentei algumas propostas que bispos e teólogos no Brasil formulavam a respeito do Sínodo a ser realizado. Gostaria agora de checar como foram acolhidos, plena ou parcialmente, alguns daqueles temas.

Uma primeira questão fundamental era a da *crisologia*. Uma vez colocado Jesus Cristo no centro da missão da Igreja e do anúncio — o que é absolutamente correto e desejável — lembrávamos que é também necessário propor uma *crisologia* que, em nossa opinião, não deveria ser a de Santo Domingo, por demais ligada ao Cristo celeste, eterno e glorioso, assim como é apresentado pelas cartas aos Colossenses e aos Efésios, mas uma *crisologia* que apresentasse o Cristo vivo, atual e atuante, que os nossos contemporâneos possam acolher como luz e modelo de vida. Em tal sentido, a Exortação *"Ecclesia in America"* tem ótimas páginas, desde a primeira seção do capítulo I (nº 8), que fala do encontro com o Cristo vivo a partir do Novo Testamento e das experiências das primeiras comunidades de discípulos, até o capítulo final sobre evangelização, onde Jesus é apresentado como

"boa nova" e primeiro evangelizador (nº 67), onde lemos:

"A Igreja deve colocar o centro da sua atenção pastoral e da sua ação evangelizadora em Cristo crucificado e ressuscitado. Tudo o que se projeta no campo eclesial deve partir de Cristo e do seu Evangelho. Por isso, a Igreja na América deve falar cada vez mais de Jesus Cristo, rosto humano de Deus e rosto divino do homem. É este anúncio que verdadeiramente mexe com os homens, que desperta e transforma os ânimos, ou seja, que converte. É preciso anunciar Cristo com alegria e fortaleza, mas sobretudo com o testemunho da própria vida. Cada cristão poderá cumprir eficazmente a sua missão, na medida em que assumir a vida do Filho de Deus feito homem como o modelo perfeito da sua ação evangelizadora. A simplicidade do seu estilo e as suas opções devem ser regras para todos na obra da evangelização".

É notável que o texto prossiga ressaltando que *"Nesta perspectiva, os pobres não de ser considerados entre os primeiros destinatários da evangelização, a exemplo de Cristo, que dizia de si mesmo: 'O Espírito do Senhor... me ungiu para anunciar a Boa Nova aos pobres' (Lc 4,18)".*

Já no nº 12, indagando quais são os lugares de encontro com Cristo, tinha indicado principalmente três: a Palavra de Deus, a Liturgia e “as pessoas, especialmente os pobres, com os quais Cristo se identifica”. Agora se reafirma, no nº 67, a opção preferencial pelos pobres, o que os latino-americanos não podem deixar de reconhecer como a mensagem de Medellín e Puebla⁴.

Também deve ser notado que a reafirmação da opção preferencial pelos pobres, é acompanhada por uma advertência — baseada sobre uma das afirmações dos Padres Sinodais — que ela não é exclusiva. E a Exortação acrescenta: “O ter limitado a atenção pastoral pelos pobres com um certo exclusivismo, levou, às vezes, a descurar os ambientes dos dirigentes da sociedade, com o conseqüente afastamento de muitos deles”. Os Padres Sinodais de fato tinham escrito: “Como bispos, confessamos que a pastoral às vezes não cuidou suficientemente desses

ambientes dos dirigentes, com as conseqüências que isso comporta: o afastamento de não poucos de seus membros” (propositio 16). A afirmação, provavelmente, deveria ser matizada por considerações de tempo e lugar. Onde e quando a Igreja se afastou dos “dirigentes” da sociedade? Onde e quando os “dirigentes” se afastaram da Igreja? O Papa não ignora que “o apego às riquezas constitui um obstáculo para receber a seguir total e generosamente a Jesus” (*Ecclesia in America*, nº8). Resta a vontade do Papa e dos Padres Sinodais de pedir mais atenção para a pastoral da “classe dirigente”, preocupação que de algum modo aparece entre as linhas também do capítulo VI (A nova evangelização), onde grande atenção é dada às escolas e universidades católicas (nº 71) e aos meios de comunicação social (nº 72), mas não se fala das comunidades de base e a referência à evangelização da cultura popular é rápida e genérica (nº 70).

A HISTÓRIA DO CONTINENTE E OS PEDIDOS DE PERDÃO

A centralidade do encontro com Cristo na temática do Sínodo trouxe consigo o acento sobre o seguimento de Jesus, o que exige uma conversão a Ele. O tema da conversão encontrou ampla acolhida na Exortação, que lhe dedica o inteiro capítulo III (nº26-32). Predomina o apelo à conversão pessoal e, certamente, esse apelo — que vem do próprio Cristo, permanentemente (cf. nº 28) — deve ser levado a sério por parte de cada um de nós. Os próprios Bispos têm consciência de serem os primeiros que devem respon-

der generosamente. O Papa cita as palavras deles: “Esta conversão exige, especialmente de nós, Bispos, uma autêntica identificação com o estilo pessoal de Jesus Cristo, que nos leva à simplicidade, à pobreza, a fazer-nos encontradiços⁵, à renúncia às vantagens para que, como Ele, sem depositarmos nossa confiança nos meios humanos, retiremos da força do Espírito e da Palavra toda a eficácia do Evangelho, permanecendo abertos primariamente aos mais abandonados e excluídos” (nº 28).

4. Mensagem retomada especialmente pela Teologia da Libertação, que porém não é nunca mencionada na *“Ecclesia in America”*. A importância da opção preferencial pelos pobres, como marco que, desde Medellín (1968), assinala uma nova etapa da Igreja na América Latina, que supera todo “colonialismo pastoral” e se coloca do lado dos pobres, foi ressaltada recentemente por Gustavo Gutierrez no seminário promovido em Freiburg (27-28.11.1998) sobre “A libertação avança. Perspectivas latino-americanas para o século futuro” (cf. *Il Regno-attualità*, 22/98, p. 765-766).

5. Esta é a tradução de *“L'Osservatore Romano”*. Seria melhor dizer: (que nos leva) à proximidade, a nos tornar próximos.

A dimensão *social* da conversão não está totalmente ausente e ela merece um parágrafo (nº 27) voltado sobretudo para a caridade fraterna. Há um apelo, não particularmente forte, à participação dos leigos na ação *política*, mas logo vem uma advertência: distinguir cuidadosamente a ação da Igreja, que não se confunde com a comunidade política, e a ação dos fiéis, individual ou de grupo.

Principalmente falta um apelo à *conversão da própria Igreja* ou, pelo menos, à sua permanente renovação. Era esta uma das preocupações típicas do Vaticano II e que o Papa João Paulo II retomou especialmente na "*Tertio Millennio Adveniente*", reconhecendo erros e pecados dos cristãos, que estão a exigir arrependimento, conversão e pedido de perdão⁶. Ora, a América é dos continentes o mais cristão e até o mais católico⁷. Mas também é um Continente dos mais marcados pelos pecados dos cristãos — não apenas divisões internas e conflitos religiosos, mas escravização de indígenas e africanos, destruição das culturas, massacre de muitos inocentes... Nem os Bispos (omitindo inclusive a história da evangelização da América, com suas luzes e sombras), nem o Papa fizeram nesse Sínodo um vigoroso reconhecimento dos pecados dos cristãos e um pedido de perdão a índios, negros e outros povos ainda hoje explorados e dominados. Somente o nº 64 reconhece que merecem especial atenção as comunidades étnicas "ainda hoje"⁸ objeto de injustas discrimina-

ções" (que, segundo o título da seção, são principalmente "os povos indígenas e os americanos de origem africana"). O Papa chega até a se perguntar: "*Como é possível esquecer a exigência de reconciliação entre os povos indígenas e as sociedades onde vivem?*". E logo acrescenta que também os americanos de origem africana continuam sofrendo preconceitos, ao menos em algumas regiões, e pede compreensão e reconciliação entre os diversos povos. Mas depois não propõe nenhum gesto de perdão, deixando tudo à iniciativa das Igrejas locais. Pede apenas agentes de pastoral mais inculturados e maior apoio às vocações sacerdotais e religiosas entre os indígenas (cf. nº 64).

Não falta, porém, um doloroso protesto contra os "pecados sociais" que clamam ao céu na atualidade como "*o comércio de drogas, a reciclagem de lucros ilícitos, a corrupção em qualquer ambiente, o terror da violência, a corrida aos armamentos, a discriminação racial, as desigualdades entre grupos sociais, a destruição irracional da natureza*" (nº 56). Esses pecados são analisados, em parte, no capítulo II (nº 20-25), e retomados sob outro ângulo, do combate à injustiça e da difusão da solidariedade, no capítulo V (nº 52 e ss., sobretudo 59-63). Os que merecem maior atenção do Papa são os efeitos negativos da globalização (nº 20), a dívida externa (nº 22 e 59), a corrupção (nº 23 e 60), o comércio e o consumo de drogas (nº 24 e 61), a preocupação pela ecologia (nº 25), a corrida aos armamentos

6. Cf. TMA 34-36. Veja também: Luigi ACCATTOLI, *Quando o Papa pede perdão*. Paulinas, S. Paulo, 1997, 232 p.

7. Os católicos representam cerca de 63,5% da população americana, enquanto na Europa são cerca de 40%, 28% na Oceania, 15% na África, menos de 3% na Ásia e 17,5% no mundo inteiro (cf. *Annuarium Statisticum Ecclesiae* 1994, Vaticano 1996, p. 18). — A Exortação dedica o nº 14 à "identidade cristã" da América, reconhecendo que ela não é só católica e exigindo uma atitude ecumênica.

8. Esse "ainda hoje" implica reconhecer que as discriminações existiram, e ainda mais fortes, no passado.

9. "Pecado social" é outra expressão valorizada pela teologia latino-americana. Ou, mais radicalmente, "pecado estrutural". Cf. José Ignacio GONZÁLES FAUS, "El pecado estructural", in: I. ELLACURÍA — Jon SOBRINO, *Mysterium Liberationis*. Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación. Madrid, Trotta, 1990, II, 98-102. Cf. também: Angelo BERTULETTI, "Peccato sociale": una categoria controversa, "*Teologia*" 1985/1, p. 40-58.

(nº 62), a cultura da morte e a sociedade dominada pelos poderosos (nº 63).

Pode-se até dizer que o problema da dívida externa, que sufoca a economia dos Países pobres (e de outros), é efetivamente o problema que mereceu maior atenção no campo econômico-político e, além disso, o único que proporcionou ao Papa, a oportunidade de ressaltar a significação do Jubileu do ano 2000 (cf. nº 59). Por outro lado, a análise de outros problemas políticos é rápida e pouco aprofundada. Os observadores provavelmente julgarão muito otimista a alusão aos progressos da democracia na América, numa seção que tem por título "Crescente respeito pelos direitos humanos" (nº 19). Não há nenhuma observação crítica acerca do descrédito atual da política e do enfraquecimento da participação popular. A seção sobre "a cultura de morte e a sociedade dominada pelos poderosos", que confirma a percepção da fraqueza da democracia, não é desenvolvida sob o ângulo da política, mas quase exclusivamente do respeito à vida do indivíduo. Como é possível falar de avanços dos regimes democráticos (nº 19) e, simultaneamente, da tendência para uma sociedade "em que dominam os poderosos, marginalizando e até mesmo eliminando os mais fracos" (nº 63)?

Também a análise da atual conjuntura cultural é fraca e apenas fragmentária (problema quem vem desde os "Lineamenta" do Sínodo). Não faltam observações muito pertinentes, mas os redatores preferiram simplesmente desejar "um profundo conhecimento da cultura atual", sem arriscar-se a descrever ao menos os traços fundamentais. A mesma coisa acontece com a análise da situação religiosa. Pede-se "um profundo estudo", por parte de cada nação e também em

nível internacional, para compreender o crescimento das "seitas" e os motivos que levam os católicos a abandonar a Igreja. Ora, sem descartar a oportunidade de manter uma atitude permanente de estudo e pesquisa, numa época de freqüentes e contínuas mudanças, já dispomos de bastantes informações para tentar compreender um pouco mais profundamente os desafios atuais no campo religioso. Fundamental, parece-me, é a questão do *subjetivismo religioso*, e da conseqüente freqüente troca de comunidade religiosa, na base de critérios de gosto e satisfação pessoal. Esse fenômeno é, provavelmente, muito mais consistente e perigoso para a tradição católica do que o próprio fenômeno das seitas. O debate dos Padres Sinodais foi insuficiente nesse ponto e não ofereceu ao Papa elementos para colocá-lo em evidência na Exortação. Trata-se, porém, de uma das questões que poderá dar um enfoque diferente a toda a questão da evangelização nos próximos anos e mesmo às questões da vida eclesial. O Capítulo IV (nº 33-51), sobre a comunhão na Igreja, é rico de boas indicações no espírito do Concílio Vaticano II e do mais recente Magistério pontifício. Mas parece ignorar totalmente que o subjetivismo não é apenas um fenômeno "pós-moderno", da sociedade, mas algo que sorrateiramente entra também nas comunidades eclesiais e mina o seu espírito comunitário.

Esta última é mais uma das muitas questões que deveriam ser discutidas a fundo entre Bispos, teólogos (ausentes no Sínodo e na Exortação), especialistas (as questões estão tornando-se sempre mais complexas no campo ético e social!), leigos engajados, comunidades religiosas, movimentos. Será uma maneira séria e

eficaz de acolher verdadeiramente a Exortação e de transformá-la num programa realista de evangelização. A "recepção" ou acolhida desse programa sintético do Papa João Paulo II, no limiar do III milênio, exige muito mais que aquelas "sal-

vas de aplausos" que, dizia Carlos de Laet, sepultam as melhores exortações. Exige conversão, lucidez, docilidade ao Espírito e *"uma real cooperação através de projetos comuns que poderão dar maiores frutos"* (nº 73).

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Quais são as principais novidades da Exortação Apostólica pós-sinodal e que alcance têm para a Igreja e a Vida Religiosa no Brasil?
 2. Reflita com sua comunidade sobre os temas pastorais latino-americanos ausentes no documento pós-sinodal. Que contribuição pode oferecer a Vida Religiosa para que se possa avançar no aprofundamento desses temas, não só no nível teórico, senão também no nível da ação?
 3. Como o documento trata o tema da conversão nas suas várias dimensões e que desafios maiores ficam abertos para a Igreja e para a Vida Religiosa nesse campo?
-

A Refundação da Vida Religiosa¹

IRMÃ ANA ROY

Fundação, fundador; fundamento, fundamental; profundidade, profundeza e os demais...uma rica família semântica cujos componentes nasceram da mesma palavra-mãe: a fonte.

Fonte, a palavra que soa novidade, surpresa, encanto...realidade quase mágica, ou melhor mística pois surge das funduras da terra e ao nascer reflui o sorriso dos céus.

Fonte é luz, transparência, generosidade, gratuidade, graciosidade, beleza que não envelhece.

Ouçamos um instante seu canto rolando sobre as pedras; seu murmúrio na relva do campo; sua força abrindo caminho na rocha do deserto; sua tranqüilidade no bosque tenebroso.

Todas as culturas, as línguas, idealizaram sua imagem num simbolismo que passa pela poesia, pela música, pela dança, pela oração.

A Bíblia entrou no coro dos povos e se refere à fonte com o sentido peculiar, tão rico que lhe confere a língua hebraica.

Sim. Aconteceu que por feliz coincidência lingüística a palavra hebraica que

traduz a fonte "ayim", é a mesma que significa o nada. Apenas um pequeno acento para distinguí-las no texto escrito.

Pois bem. Esta correlação dispensa qualquer comentário, pois é tão claro e sugestivo o simbolismo que suscita, a reciprocidade da fonte e do nada.

Para o semita, a Fonte e o nada não se confundem, mas sim, se apelam, se interligam, se integram numa aliança que abre perspectivas de alta sabedoria.

Para que a fonte possa nascer e jorrar à vontade, ela necessita de espaço, de vazio, de liberdade, ou seja, do nada a sua frente, como parceiro cúmplice, de modo que nenhum obstáculo contradiga o movimento de sua corrida:

"Tu fazes brotar as fontes pelos vales e elas correm entre as montanhas"...
(Sl 104,10).

A imagem da fonte suscita logo ressonâncias e vibrações na VR que nela delinea sonhos, projeta utopias, alimenta dinamismo e esperança renovadora.

Cada uma de nossas congregações tem por tesouro a sua graça fundante, específica, cuja nascente carismática nos

1. Palestra pronunciada na Assembléia Regional da CRB de Salvador, de 1998.

sacia, nos anima, na condição porém, que colhamos esta água viva na concha de nossas mãos vazias e no cântaro aberto de um coração despossuído e sedento.

Assim interpretaram nossos fundadores e fundadoras.

Na luz fundacional eles se davam conta de como tivessem sido “nada” na obra iniciante, senão o nada — instrumento que garante a liberdade da fonte e a manifestação da graça.

Nenhum deles se apropriou do carisma de fundação; pelo contrário, numa percepção espiritual acurada, todos esvaziaram-se a si mesmos, diante do dom de Deus para que os primeiros companheiros e companheiras pudessem crescer livres no mesmo espírito recebido.

Então, a pequena fonte do começo, tornou-se rio.

Hoje nossos institutos religiosos são rios vivos.

Comprova-se isto, nesta manhã, o espetáculo de nossa Assembléia, onde rios maiores, riachões menores, até ribeiros, confluem alegremente, rumo ao único Rio, que João aponta no Apocalipse “*brilhante como o Cristal*”.

Não obstante, no transcorrer do tempo, a água de nossas fontes congregacionais deitou-se sobre muitos solos, enfrentou obstáculos e desvios; conforme as épocas, nossos rios sofreram vazantes e secas; o mato invadiu suas beiras; passaram por escuridão, crises e desafios...

Do mesmo modo que nas roças se faz mutirão para limpar o rio, descendo até a nascente, a VR, na entrada do terceiro milênio está convocada para uma tarefa semelhante de purificação. Precisa descer o rio histórico de nossas congregações, até suas fontes.

Essas, estão nos solicitando para que demos à luz uma nova dimensão exis-

tencial aos nossos corpos congregacionais de modo que possamos criar novos modos de conviver no mundo de hoje.

Fonte carismática não seca, é de Deus. Dela podem surgir palavras e práticas novas para especificar nossas famílias religiosas; dela podem brotar energias e forças novas capazes de tocar nossos contemporâneos.

O Pe. Edênio, (ex-presidente da CRB Nacional), dizia anos atrás: “*Refundar consiste em ir à raiz do nosso projeto histórico, para recriar desde lá, uma nova figura histórica*”.

Sendo assim, podemos retomar o Salmo citado:

*“Como fizeste brotar nossas fundações
Farás brotar também nossas refundações
Elas correrão em nossa terra violentada,
em afã de paz, de liberdade
E de liberdade e de justiça”.*

Chegou a hora de tomarmos o caminho da fonte, pararmos na cabeceira de nossos rios.

Partir sem bagagem, sem seguranças, sem medo...

Partir sem nada, ou melhor, partir sim, com o precioso nada de nós mesmos que a fonte exige; garimpar nas águas cristalinas de nossos inícios o diamante da profundidade original, herdado de nossos fundadores; e ali beber à vontade até inebriar-se no fluente carismático.

Convido a cada um de nós a viver a parábola da fonte e do nada, como base de nossa reflexão e de oração.

Para tanto, com despreensão e simplicidade, proponho quatro pontos com o intento de lançar algumas luzes sobre o sentido e o alcance de nossas refundações, tocando o profetismo próprio que caracteriza a VR e prolonga o dos profetas bíblicos.

1. Refundar é repor a intuição fundante sobre e dentro de nossas situações presentes com o destemor e a simplicidade da fonte.

Na Bíblia, o profeta é portador de uma palavra de Deus a comunicar ao povo.

Ao religioso é confiado um carisma, dom de Deus para a Igreja toda, graça peculiar que se encarnou no fundador e que este passou a sua família religiosa para difundi-la no mundo.

Para não identificar o carisma com as formas culturais nas quais se concretizou em épocas anteriores à nossa, é preciso discernir; ouvir aquilo que o Espírito nos inspira em nossa sociedade moderna.

Daí, o caráter carismático próprio a todo Instituto, exige por parte de seus membros “uma verificação permanente da fidelidade ao Senhor, da docilidade ao Espírito, da atenção aos gritos dos irmãos e aos sinais dos tempos”.

Retomar a intuição inicial permite superar possíveis imobilismos estruturais, avaliar organizações institucionais que não se adaptam às necessidades de hoje.

Essa dialética de revisão-avaliação é da Revelação.

A experiência bíblica é gradual, processual. Novas circunstâncias, vão exigindo novas respostas, que marcam avanços. Cada descoberta, no confronto da palavra de Deus com as necessidades urgentes dos homens, pede que se abandonem certas práticas do passado e se assumam novas posturas e novos engajamentos.

Nas respostas inéditas aos desafios, ao diferente que aparece, vão se superando os elementos sempre provisórios e relativos de nossas caminhadas apostólicas.

Jesus cumpriu sua missão histórica, porém não terminou a História.

A semente que ele lançou deve encontrar hoje situações que não tem a ver com a Palestina do primeiro século.

Nesta linha, nossos fundadores que viveram em outros tempos que os nossos, não conheceram a informática, o celular, a mundialização da economia e suas conseqüências trágicas e desastrosas para os pobres.

Ser fiéis à mensagem que nos deixaram é prolongar a elaboração da inspiração que os moveu, numa tradução existencial e adaptada ao nosso hoje.

Vale para o carisma religioso o que vale para o texto sagrado: não devemos questioná-lo para saber “o que fazer e o como fazer”, mas sim para pedir “**por que fazer**”; **o rumo e a direção da ação**. As práticas serão conseqüentes a respostas.

Carisma é impulso, carisma é dinamismo que envolve e sugere ações carregadas de significado e simbolismo.

Em nós ele funciona como uma espécie de código genético espiritual, a condição de reavivá-lo numa conversão permanente na fonte.

Não escutamos, neste momento, um canto-chão suave que sussurra em cada um de nós: “**Venha à Fonte!**”

2. Refundar é entrar humildemente no caminho quenótico de Jesus, enveredar nossas vidas pela porta estreita da expropriação que a fonte necessita.

O profeta, homem ou mulher, é sempre alguém despojado de tudo e de si mesmo, possuído por Deus.

Apenas deixa falar quem o chamou, ao ponto de fazer-se “boca de Javé” (Jr, 15,19).

Pelo seu servo, o Deus invisível torna-se audível.

Na mesma trilha profética o consagrado não busca nada, senão ser homem, ser mulher, presença de Deus aqui e agora.

Servo de uma Presença amada, encontrada nas estradas pisadas pelo Galileu, presença percebida como um apelo libertador no âmago do mundo sofrido.

Voltando à fonte de sua vocação, o religioso encontra não somente uma palavra como no profetismo antigo, mas um Rosto; o rosto aliás, que contemplaram os fundadores.

E este mesmo rosto nos seduziu, nos arrastou para que os nossos próprios semblantes possam refluí-lo e irradiá-lo entre os homens e as mulheres de cada geração.

Cada cristão, cada religioso, cada instituto no seu carisma procura "visualizar" um aspecto da fisionomia de Cristo.

3. Refundar é voltar ao seu primeiro amor, desarmados e livres para deixar o Rosto amado, contemplado, acordar nossa memória, falar ao nosso coração e imprimir sua face sobre nossas congregações e cada um de seus membros.

O Rosto que encontramos é o de um homem *"que sendo de condição divina, não reteve nada, nada daquilo que o igualava a Deus, ANIQUILOU-SE, isto é, se fez nada por amor"*.

Então a fonte se manifestou transbordante.

Por ter sido oblação pura, *"rios de água viva jorram de seu seio"* (Jo 7,38).

Com urgência estamos chamados(as) hoje a uma opção renovada de pequenez quenótica, de fragilidade desposada.

A VR está se defrontando com sua própria fragilidade! Nossas faixas etárias falam por si; nossas obras carecem de pessoal. Estamos perdendo um certo tipo de representatividade na sociedade.

"Não tenhas medo, pequeno rebanho". É tempo de graça.

Se as forças nos faltam, forças numéricas, forças físicas, a disponibilidade ardente, amorosa e oblativa do coração "que nada retém" é suficiente para que Jesus se despose com nossa pequenez, a fortaleza e a fecunde.

A parábola da fonte se repete e nos convence: o próprio da Vida Consagrada não é fazer grandes coisas, mas sim significar as maravilhas do Senhor na fragilidade das pessoas que Ele escolheu.

Então, seja nosso caminhar de refundação, a celebração festiva de novas núpcias: "as do nosso pequeno resto", do nosso imprescindível "nada" com Aquele que por ter aceitado de se esvaziar totalmente, *"recebeu o nome que está acima de todo nome"*.

4. Refundar é criar um projeto evangélico coerente, que contesta o modelo vigente de nossas sociedades de consumo, neoliberais.

No Antigo Testamento, a missão do profeta consistia em fazer a leitura do hoje em profundidade histórica.

Ele captava nos acontecimentos o dinamismo oculto da vida com suas tensões e contradições, e contestava a partir dos critérios da Aliança para que mudanças acontecessem.

Nas suas origens carismáticas, o religioso encontra uma memória que foi qualificada "subversiva", a de Jesus de Nazaré e dos fundadores.

Suas palavras e suas práticas significativas afirmaram-se em forma do protesto às injustiças sociais de seu tempo.

Enquanto o profeta apontava uma nova sociedade, Jesus a criou e deixou seu projeto entre nossas mãos.

Esta responsabilidade requer da VR, uma exigência de profunda criatividade,

que parte da experiência de Deus e leva a relativizar todas as coisas no trabalho de colaboração ativa, na construção do Reino.

Criatividade supõe capacidade de refletir juntos, de projetar, de descobrir meios e táticas, de expressar e viver uma prática.

Com todos os homens e mulheres crentes ou não, de boa vontade, dizia Dom Paulo Evaristo, o religioso soma os esforços que reivindicam os justos direitos de todos, começando pelos mais ameaçados.

Agindo assim, ele parece, conforme a expressão de um sociólogo, "um criador de dissonância". Que significa? O criador de dissonância é testemunho de um som novo, de uma nova música que lança suas notas na desarmonia circundante; é testemunha, portanto de uma nova maneira de ver e viver; de apreciar e cultivar as diferenças; de suscitar parcerias e colaborações; sugerir alternativas para reduzir a desafinação geral na confusão de valores e na perda de critérios.

Os religiosos têm sensibilidade aguda para ouvir e sentir as discordâncias, tudo aquilo que não se afina ao espírito das bem-aventuranças.

A tarefa que lhes incumbe não é de transformar o mundo, mas sim de transfigurar a realidade, isto é, dar-lhe sua verdadeira figura, seu sentido.

Nessa altura, a dissonância fundamental que define a VR, é a santidade, haurida à "fonte de toda santidade", e humildemente vivenciada no chão do povo, em inserções e inculturações comprometidas.

Vida religiosa, na véspera do novo milênio, corre a bela aventura da tua refundação:

*Nos caminhos que ninguém pisou,
arrisca teus passos...*

*Nos pensamentos que ninguém forjou,
projeta teu coração...*

*Na oração que ninguém rezou, junta
tuas mãos em súplica.*

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Que ressonâncias suscita em você e na sua comunidade a imagem da fonte, na perspectiva da refundação?
2. No contexto da sua Congregação e/ou Província, como levar à prática os quatro pontos que orientam o sentido e o alcance da refundação?
3. Qual desses pontos é prioritário para vocês, tendo em conta o contexto da comunidade e a situação das pessoas?

Novas Formas de Vida Consagrada: Panorama e Perspectivas

PE. EDÊNIO VALLE, SVD

INTRODUÇÃO

"Só analisando os caminhos ainda não bem definidos de nossa época poderemos entender adequadamente o que se passa no interior da Vida Consagrada hoje. Essa é quase uma pré-condição para se poder discernir quais sejam as possíveis vias do futuro a ser construído em termos novos, garantindo o que a *"Perfectae Caritatis"* (Nº 2 e 5), já em 1965, nos apresentava como a base a ser escrupulosamente assegurada. A partir das renovações pedidas pela Igreja àquela data e respeitando a originalidade de nosso itinerário latino-americano, parece-me justificado falar de um processo de re-fundação da Vida Religiosa em nosso continente e no mundo¹".

Penso que essa frase pode servir como pano de fundo para a reflexão que se segue sobre as *novas formas* de Vida Consagrada (=VC). Sem volver a largas descrições da época de câmbios e do câmbio de épocas em que estamos vivendo², quero apenas constatar que as novas for-

mas de V.C, são um fato. Além disso, um fato que não nasceu de repente. Sua gestação se deu no bojo de um lento processo de busca, devido ao esgotamento das formas antes existentes de consagração, centradas de maneira quase total na Vida Religiosa clássica e nas inovações surgidas após o século XVI. A aprovação dos Institutos Seculares, à época de Pio XII, representa uma importante virada na evolução. Esses Institutos podem ser considerados como realmente "novas" formas, por sua concepção e pelo estilo de vida e missão que permitem. Como se sabe, eles gozam de plena cidadania na Igreja. Sua característica mais original reside na exigência, não só na aceitação, da secularidade (C.710). Em coerência com esse aspecto "mundano", os Institutos Seculares permitem que os seus membros sejam, quanto à vida e ao trabalho, verdadeiros "leigos" (*"in saeculo et ex saeculo"*: C. 713,2) para atuar "como fermento" (C. 713,1), "desde dentro" (C.

1. Edênio, VALLE "las Macrotendencias de nuestra época. Escenários y ambientes de A.L." em *Caminos de CAR y CONFER* (Buenos Aires, 1996, Diciembre no 8, p.5.
2. Cf. A. D., CARRERO, "Retos de religiosos y religiosas jóvenes a la VR de A. L." y el Caribe, em *Seminario Teológico de la CLAR*, Bogotá, febrero 1997.

710), "nas condições ordinárias do mundo" (C. 714). Podem viver sós, em suas famílias e exercendo profissão civil. Como também podem, aproximando-se mais aos modelos de V.R., viver em comunidade, dedicando-se a atividades apostólicas e/ou a obras da Igreja. Mas, o decisivo, é que a Igreja os reconhece como consagrados que assumem os mesmos votos dos Religiosos e se entregam inteiramente, no celibato, ao Deus maior, permanecendo no estilo de vida dos leigos(as).

1. AS NOVAS FORMAS DE V.C.

1.1. A irrupção das novas formas

As medidas sabiamente tomadas por Pio XII quanto aos Institutos Seculares, em um primeiro momento, foram suficientes para canalizar as tensões e impulsos existentes na Igreja, e na V.R., especialmente da Europa. Surgiram em grande número pequenos institutos voltados para uma presença aberta dos consagrados no mundo em transformação, possibilitando a entrada em ambientes até então impermeáveis à atuação dos religiosos e religiosas. Contudo, o Concílio Vaticano II, com sua teologia e suas propostas trouxe consigo uma situação inédita.

Na Europa, na esteira do pós-Concílio e, mais ainda, devido aos poderosos câmbios culturais e à secularização — ainda em curso —, a Vida Religiosa, ao invés de reflorescer, como se esperava, entrou em uma crise sem precedentes, em um inverno, cujo fim não pode ser percebido a essa altura dos acontecimentos. O quadro hoje existente nos países católicos da Europa Central, incluída a França e a Grã-Bretanha, é de todos conhecido. Também nos países do Mediterrâneo — Itália, Espanha, Portugal —

Interessante assinalar que o C. 605 fala expressamente de formas institucionais diferentes daquelas já aprovadas canonicamente, abrindo, assim, uma porta à criatividade do Espírito e deixando em parte aos Bispos o discernimento dessa possível evolução. Na prática, na medida das informações que possuo, a Igreja não concede muita margem à inovação em sentido próprio. Existem mais adaptações e rearranjos, sempre dentro dos limites do que é definido nos C. 207.2, 573, 503, do que algo efetivamente inovador.

observou-se um retrocesso nas expectativas. São inúmeros os impasses quando se olha para o futuro. "Crise" é uma palavra benigna para designar o que se passa. O que assistimos em regiões católicas com muitos séculos de história é uma lenta e inexorável agonia da V.R.

Ao mesmo tempo que alguns se conformam a esse lance do "destino", outros, situados fora dos arraiais da V.R. canônica, se inquietam e buscam caminhos e alternativas não trilhadas. Ao perceberem que de um lado da canoa não existem cardumes, jogam suas redes para o outro lado. E recolhem muitos peixes! Será essa uma moção do Espírito? As novas formas virão suceder às antigas? Virão somar-se a elas?

Na Itália, na França, na Espanha e também nos USA, na América Latina, e em vários países da Europa e do Terceiro Mundo, começam a aparecer formas alternativas. Os dados numéricos sobre o fenômeno não são seguros, pois trata-se de um movimento difuso e situado às margens do mundo "oficial" da V.C. Um dos Bispos que abordou a questão no Sínodo de Roma³, afirmava, após consultar

3. Mons. Serafim Fernandes de Araujo, Arcebispo de Belo Horizonte, Brasil, que falou sobre "As novas comunidades ou famílias eclesiais".

entendidos no assunto, que essas comunidades "são hoje, dezenas no Brasil e cerca de quarenta só na Itália". Ele vê essas comunidades como "expressão da contínua fecundidade do Evangelho e da novidade criadora do Espírito em sua Igreja e no mundo" e vê "seu florescimento na atual crise espiritual como um sinal dos tempos que exige abertura a um atento discernimento".

1.2. Características gerais das novas formas de V.C.

As "novas comunidades" parecem ter consciência de que são mais do que uma fotocópia, talvez colorida, das ordens, congregações, sociedades de vida apostólica ou institutos seculares. Apresentam-se como e querem ser "famílias eclesiais" cujos membros se comprometem com um carisma comum bem definido, em torno do qual convergem tanto leigos quanto clérigos, tanto celibatários quanto casados. O estado de vida de cada um é respeitado, mas todos se consagram a um mesmo ideal evangélico, como membros de um só e mesmo corpo, sem distinções ou privilégios, senão os que decorrem da vocação batismal e dos ministérios, ordenados ou não.

Normalmente trata-se de grupos relativamente pequenos, embora alguns deles já contem com várias centenas de membros e tenham se espalhado rapidamente por vários países e continentes, o que supõe mais do que o entusiasmo inicial de uns poucos arrebatados. De um modo geral, esses grupos não olham para a V.R. como seu modelo. Tampouco estão em busca de um reconhecimento eclesiástico formal de sua forma de viver e de atuar como membros da Igreja. Há um ou outro grupo, seguramente a minoria, que tem uma posição de rebeldia ou crítica à V.R. e à Igreja, porém, o que quase todos reivindicam é

liberdade para caminhar sem maiores obstáculos e pressões, por parte da hierarquia. Existem também grupos cuja atitude é de estrita observância às normas da Igreja.

Durante o Sínodo, em textos oficialmente distribuídos pela secretaria do Sínodo, em folhas avulsas, elencavam-se os seguintes características como sendo as mais típicas desses grupos:

- forte senso de comunidade;
- reconhecimento do valor da comunhão eclesial;
- condissão da vida com os pobres;
- hospitalidade;
- novas formas de oração (centralidade da Eucaristia);
- vida mista: consagrados homens e mulheres; sacerdotes e leigos; celibatários e casados;
- castidade vivida segundo o estado de cada um;
- radicalidade evangélica;
- fervor missionário.

1.3. Alguns aspectos diferenciais

Os traços acima descritos são apenas indicativos e evidentemente não devem ser entendidos como homogeneamente presentes em todos os agrupamentos. Esses, ao contrário, são de grande heterogeneidade.

A maioria das novas formas surgidas logo após o Vaticano II eram do tipo aberto, colocando-se na vanguarda da inovação conciliar. A radicalidade evangélica, o profetismo missionário, o espírito comunitário e a opção pelos pobres eram os traços mais característicos de seu rosto. Aos poucos a tendência geral das novas famílias passou a ter uma feição conservadora, mostrando uma paradoxal propensão a voltar atrás em relação às aberturas pós-conciliares. Alguns grupos "novos" assumiram feições pietistas e fundamentalistas, resvalando mesmo para um certo secta-

rismo que os aparta até da comunhão da Igreja. Outra evolução inesperada foi a aproximação crescente entre essas novas formas, que são católicas, com o estilo protestante, neo-pentecostal dos grupos de "reavivamento" e fervor proselitista.

É difícil fazer uma tipologia dos novos movimentos, pois faltam estudos descritivos e a configuração organizacional dos mesmos acha-se ainda em aberto. Mas já se percebem claras diferenças entre os grupos atualmente existentes:

- há os de tipo "conservador" e os de tipo "aberto" às novidades da época e da cultura;
- há os que trazem as marcas do 1º mundo e os que respondem a necessidades e anseios do mundo dos pobres;
- há formas em que se exige uma opção "permanente" e outras que aceitam adesões "*ad tempus*";
- há formas de governo participado e outras de tipo mais diretivo;
- há formas "ecumênicas" (=abertas a outras Igrejas) e formas só católicas;
- há grupos onde todos são celibatários e outros que aceitam os casados em igualdade de condições;
- há grupos consagrados à oração e à contemplação e outros voltados para a missão;
- alguns cobram uma vida comunitária exigente, outros são mais soltos quanto a esse ponto;
- há institutos só femininos, só masculinos e mistos;
- há os que se definem como leigos e os que reúnem clérigos, religiosos e leigos;

2. AS NOVAS FORMAS: PROBLEMAS E PROSPECTIVAS

2.1. O problema de fundo

Com relação ao comportamento da Santa Sé, tem-se conhecimento de que

- há grupos quase monásticos e grupos de serviço apostólico;
- há grupos com traços culturais não europeus e sim ameríndios, afro ou asiáticos.

1.4. Auto-retrato de um dos novos institutos

Uma das comunidades novas bem sucedidas é a Comunidade Missionária de Villaregia, fundada em 1981, na Itália. É uma Associação Pública de Fiéis, reconhecida em nível diocesano.

Seus membros sobem a 320 e já se espalharam por outros países, para atuar seu carisma de fundação que é a Missão. A Comunidade abraça 3 núcleos de pessoas: os celibatários homens e mulheres e os casados. Os celibatários, por sua vez, estão articulados em três fraternidades:

- Missionários consagrados de vida apostólica, inteiramente dedicados à missão e vivendo em comunidades permanentes.
- Consagrados de vida contemplativa que vivem de forma reclusa, dedicando-se à oração.
- Consagrados no mundo que vivem em suas famílias mas com constante referência à missão da família missionária. Dão testemunho no trabalho e em atividades sociais.

Todos eles são ligados à obra através de votos privados de pobreza, castidade e obediência, sendo que os casados se empenham integralmente através de sua consagração no sacramento do matrimônio. Todos fazem um 4º voto: de assumir a missão "*ad gentes*" de todo o Instituto.

algumas dessas formas novas foram aprovadas nos termos do Código. É o caso, para citar alguns exemplos, dos

institutos "Redemptor Hominis", "Pequenas Irmãs Monjas de Belém", "Missionários Verbum Dei" e outros. Em certo sentido eles se enquadram nas linhas do atual Direito Canônico.

Um dos problemas essenciais das novas formas é o que se refere à consagração dos casados. Ninguém discute sua consagração na linha do batismo e do matrimônio. O que se discute é se sua associação a um instituto deste tipo, pode ser considerado uma forma de Vida Consagrada, no sentido de "uma nova e especial consagração", de que fala a V.C., nº 30.

A Exortação Apostólica "*Vita Consecrata*" tomou uma posição precisa quanto a essa questão, distanciando-se de uma tendência defendida por alguns dos novos institutos que não vêem os conselhos evangélicos, o caminho do seguimento de Jesus, a vida em comunidade e a vocação à santidade e à missão como privativos dos religiosos e institutos seculares. O matrimônio apenas especificaria a maneira do seguimento e da vivência do carisma.

A outra posição, claramente endossada pelo Papa na Exortação, é a que faz uma distinção essencial entre os que se consagram no celibato e os que recebem, como Dom, o sacramento do matrimônio. Um pouco na direção do que os Bispos da Alemanha diziam, em 1978, só os consagrados celibatários "professam" os votos na Igreja. Os casados, homens e mulheres, podem e devem viver a santidade e o radicalismo do seguimento, mas não é sua, a consagração específica a que os religiosos, os institutos seculares e os pertencentes às sociedades de vida apostólica são chamados, de acordo com o re-

conhecimento oficial da Igreja. Vê-se do acima dito que o ponto fulcral da discussão reside, teologicamente, em saber se o celibato é ou não constitutivo da consagração especial que a Igreja reconhece como sendo a dos Religiosos e outros.

Naturalmente existem outros problemas, como o da participação dos clérigos, o do caráter misto de alguns institutos que reúnem homens e mulheres, o da participação de não católicos, etc. Alguns se perguntam se os Institutos seculares não poderiam atender a quase todas as reivindicações e objetivos que as novas famílias religiosas se propõem. Para algumas dessas dificuldades há soluções práticas até relativamente fáceis. Por exemplo: alguns institutos fazem certa distinção entre os campos diversos que o compõem. A espiritualidade, o carisma, os empenhos apostólicos, as finanças e até o modo de viver simples é comum a todos. Também em termos de organização, obediência, partilha, oração, quase tudo é em comum. Mas, quanto às casas, coordenação, dedicação ao trabalho, deveres de estado, existem distinções.

2.2. *Prospectivas para o futuro*

A Exortação Apostólica não cerra as portas à discussão da questão das novas formas. Ao contrário (V.C. 12) o Santo Padre, atendendo a anseios expressos durante o Sínodo, aprova a criação de uma Comissão que siga estudando e acompanhando a evolução em curso (V.C. 62). Quanto à exigência do celibato, assumindo uma antiga tradição, o Papa é taxativo⁴. Mas, mostra-se aberto em outros aspectos importantes, uma vez que reconhece com otimismo o valor evangélico

4. "... No pueden ser comprendidas en la categoría específica de Vida Consagrada aquellas formas de compromiso, por otro lado loables, que algunos cónyuges cristianos asumen en asociaciones o movimientos eclesiales cuando, deseando llevar a la perfección de la caridad su amor "como consagrado" ya en el matrimonio, confirman con un voto el deber de la castidad propia de la vida conyugal...".

e o potencial evangelizador dessas iniciativas. O Sínodo mostrou sejam as possibilidades, (Mons. Araújo e Mons. Turcotti) sejam os perigos (Card. Martini) que essas iniciativas trazem consigo. Mas, sem dúvida, o que se buscou foi favorecer, como pediu a Mensagem Final do Sínodo, uma postura pastoral que ensine a Igreja a *"mirar las varias formas de vida consagrada para percibir en cada de ellas la sacramentalidad de la Iglesia: cada una, en efecto, expresa más significativamente que otra, un aspecto peculiar del amor que salva"* (Mensaje, II).

Importante para que esse discernimento aconteça é que o enquadramento jurídico não seja demasiadamente rígido e categórico. Certos desenvolvimentos não podem ser definidos antes do tempo, pois isto significaria sufocar a novidade do Espírito Santo que sopra em sua

Igreja para que ela seja santa e possa ser sinal mais compreensivo aos homens e mulheres de nosso tempo.

O Concílio Vaticano tem uma frase preciosa, citada por Mons. Araújo durante o Sínodo de 94.

"O fato de haver recebido esses carismas, mesmo os mais simples, faz nascer para cada fiel o direito e o dever de vivê-los para o bem dos homens e a edificação da Igreja na própria Igreja e no mundo, com a liberdade do Espírito Santo que sopra onde quer (Jo 3,8), ao mesmo tempo, na comunhão com os irmãos em Cristo, em especial com os próprios pastores que têm a tarefa de julgar sobre sua natureza genuína e sobre o seu uso bem ordenado, certamente não para extinguir o Espírito e sim para examinar tudo e reter o que for bom" (cf 1Ts 5,12.19.21) (AA3).

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. O tema das novas formas de Vida Consagrada desperta interesse na sua comunidade? Como vocês se posicionam diante desta nova realidade?
 2. Procure refletir com a comunidade sobre as Características gerais das novas formas de vida consagrada e sobre seus aspectos diferenciais. O que tudo isso diz a vocês?
 3. Concorde com os problemas e perspectivas apresentados pelo artigo? Acrescentaria algo mais?
-

Análise de Conjuntura

Janeiro – Fevereiro 1999

PE. VIRGÍLIO LEITE UCHÔA
ASSESSOR POLÍTICO DA CNBB

(Extraído do texto do P^e. Virgílio Leite Uchôa, assessor político da CNBB, apresentado à 36^a reunião da Presidência e CEP da CNBB)

1. ONDE ESTAMOS? O MOMENTO INTERNACIONAL

*Perspectivas de 1999 no "Redemoinho da Globalização"*¹

*"Alphonse Allais recomendava aos que correm atrás do dinheiro para 'procurá-lo onde ele se encontra, quer dizer, junto aos pobres'. É o preceito que seguiram, já há vinte anos, os operadores da mundialização ao realizarem uma transferência maciça das riquezas de baixo para cima e do trabalho para o capital, o que só fez aumentar as desigualdades"*².

Este fluxo é justamente cada vez mais intolerável. Chegou a hora de ir buscar o dinheiro onde ele verdadeiramente está: cada vez mais concentrado nas mãos dos ricos. Uma das grandes expectativas do

novo milênio é a de que se perdoem as dívidas e haja distribuição equitativa da riqueza. Nada melhor e mais urgente do que ir às raízes das desigualdades.

Crescem as mobilizações em torno de efetivas taxações ao capital de livre circulação no mundo. Houve um "outro Davos", proposto pela Attac³ e preparado por diversas manifestações⁴, em contraposição à reunião anual das elites financeiras, recentemente realizada na Suíça. Trata-se, enfim, de fazer ecoar uma voz diferente da simples "comunhão com o culto do mercado e dos mercados" que é a grande norma dos donos do dinheiro em escala mundial.

1. João Bosco LODI, "O enigma de 1999", *Carta Capital*, ano IV, n.º 90, 20/01/99, pág. 24.
2. Susan GEORGE, "Na raiz do mal", *Le Monde Diplomatique*, janeiro de 1999, pág. 3. Todo o artigo está orientado no sentido de propor uma nova estruturação do sistema financeiro internacional.
3. "Associação para a taxação das transações financeiras". A respeito da Attac já foram dadas informações na Análise de Conjuntura de dezembro de 1998.
4. "Attac contra Davos", *le Monde Diplomatique*, janeiro de 1999, pág. 2.

Neste ano, aliás, parece que o Fórum Econômico Mundial de Davos já não foi assim tão otimista, o que o diferenciou dos realizados nos anos anteriores. Mesmo os mais ardorosos defensores do livre mercado começaram a perceber uma nova fase da economia mundial. As discussões em Davos, neste ano, demonstram claramente: entramos na fase do pós-neoliberalismo. Diante das sucessivas crises financeiras internacionais, das desastrosas intervenções do Fundo Monetário Internacional (FMI) nos mercados emergentes asiáticos, na Rússia e agora no Brasil, torna-se urgente repensar os rumos da economia mundial. E não é difícil perceber os sinais dessa transição manifestados em algumas conclusões comuns: "...necessidade de regular os fluxos internacionais de capital especulativo... harmonizar políticas econômicas e os sistemas políticos"... e clarificar "a relação entre desigualdade, governabilidade e viabilidade de políticas extremas de mercado"⁵.

Democracia Econômica e Democracia Política

É evidente a falência das instituições mundiais em controlar e democratizar o capital concentrado, volátil e global. Trans-

formar esse capital em riqueza produtiva e real é um dos grandes desafios até nos países ricos, pois está em risco todo o sistema econômico mundial. A democracia econômica tem muito a ver com a democracia política. As instituições econômicas propõem soluções tão frágeis que, na prática, pioram a situação dos países em crise.

As lideranças mundiais mostram uma evidente incapacidade de agir politicamente em favor das questões que realmente interessam à maioria da população, particularmente diante da fúria avassaladora do capital, ancorado nas absolutas leis do mercado, que vinculam todos os ativos mundiais à força do dinheiro virtual controlado pelos grandes especuladores⁶. Tudo isso faz decrescer a esperança de mudanças significativas no rumo da economia mundial.

Nesse contexto, evidentemente, a democratização da riqueza mundial torna-se cada vez mais adiada e menos influenciada por decisões políticas, ao menos enquanto depender de lideranças mundiais como a dos EUA e de seus satélites. O que é extremamente preocupante. Resta a esperança de uma forte e decidida mobilização popular e de iniciativas que lhe dêem suporte.

O MOMENTO NACIONAL

A Hora da Verdade

"A lógica do Plano Real fazia todo o sentido no início de um processo de estabilização. O erro fatal foi tomar o temporário pelo permanente"⁷.

"Erramos e era evidente a necessidade de uma correção de rumo". "Os erros de-

vem ser corrigidos tão logo sejam claramente configurados como tais"⁸.

A profunda crise econômica brasileira agora se revela na sua real nudez⁹. Quando a própria autoridade pública chega a esse ponto, é sinal que a decisão política do governador Itamar Franco apenas fez

5. Jorge G. CASTAÑEDA, "Davos e o neoliberalismo", *El País* (digital), 10/02/99, nº 1013.

6. "O sucesso preocupante das corretoras on-line", *Financial Times*, tradução da Gazeta Mercantil, 08/02/99, pág. B-6.

7. Eduardo GIANETTI, "A hora mais negra é a que precede a manhã", *Folha de São Paulo*, 21/01/99, pág. 5-7.

8. Carlos Eduardo LINS e SILVA, "Malan descarta controle de capitais", *Folha de São Paulo*, 24/01/99, pág. 2-1. O autor comenta entrevista do ministro Pedro Malan.

9. Maria da Conceição TAVARES, "O real morreu. Salvemos a nação!", *Folha de São Paulo*, 24/01/99, pág. 2-6.

eclodir o tumor, já vislumbrado e apontado por muitos analistas da conjuntura nacional. A crise com os Estados apenas revela o fato de que o país está quebrado.

O que agora acontece no país já foi objeto das "Análises de Conjuntura" nesses últimos meses. A crítica objetiva tentou mostrar a desfiguração ética e o rumo perigoso que tomavam as decisões na área econômica no Brasil. Saltava aos olhos de qualquer pessoa de boa vontade que não poderia chegar a bom termo, em assunto de projeto nacional, a excessiva vinculação da economia brasileira aos interesses do capital financeiro internacional. Além desse vínculo com especulação financeira, o projeto de reeleição presidencial também postergou medidas que poderiam ter sido tomadas anteriormente e em melhores condições de negociação.

A queda do Real, consequência da desvalorização cambial, deve ser entendida num contexto mais amplo. No estágio em que chegamos, é difícil garantir a autonomia política da Nação sem reconhecer a necessidade de uma "moratória civilizada". O termo foi usado e proposto pela Unctad¹⁰ e lembrado como solução em muitas "Análises de Conjuntura" de 1998. Seria a forma mais digna para que o país começasse a sair das garras dos especuladores financeiros, absolutamente sem controle ou escrúpulo ético.

A única âncora que se encontrou, no momento, para o real desvalorizado, aliás,

suicida para a economia, são os juros altos que inibem o crescimento, o investimento, a produção de bens e, em consequência, ampliam o já crônico desemprego¹¹. Nunca foram tão altas as taxas de desemprego e elas estão em ascensão. A produção industrial é a pior em sete anos¹², a inflação volta a crescer¹³, cresce a violência¹⁴ e reaparecem os saques¹⁵ a supermercados. Cresce o custo da cesta básica¹⁶.

Alguns analistas, como Celso Furtado¹⁷, aprofundam a reflexão a respeito do que está acontecendo no país. Tudo isso é resultado da incapacidade histórica das nossas elites e da "classe dirigente para enfrentar problemas que são a grande concentração da renda e da riqueza e que se traduzem, de um lado, em excessiva propensão a consumir e a importar e, de outro, em baixa taxa de poupança". "Existe uma contradição entre o modesto nível de desenvolvimento do sistema produtivo e os padrões de consumo das classes afluentes aos quais aspiram as classes médias."

A estratégia de estabilização adotada pelo governo nesses últimos cinco anos simplesmente ignorou tal realidade.

A conjuntura internacional mudou muito a partir de 1970. Havia abundante recurso financeiro disponível, contudo sem as características atuais de especulação e volatilidade, potencializadas pela tecnologia e rapidez das comunicações eletrônicas.

10. Órgão das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, atualmente dirigido pelo embaixador brasileiro Rubens Ricupero.

11. Álvaro PENACHIONI, "Desemprego chega a 18,3% em SP", *Gazeta Mercantil*, 28/01/99, pág. A-12.

12. "Indústria tem piores resultados em sete anos", *Folha de São Paulo*, 10/02/99, pág. 2-15.

13. "Inflação é a maior desde março de 1997", *Folha de São Paulo*, 10/12/99, pág. 2-1; 2-11. Cf. Isabel VERSIANI, "Governo projeta para este ano uma inflação de 11%", *Folha de São Paulo*, 19/02/99, pág. 2-3.

14. Vanice CIOCCARI, "Pesquisadores culpam desemprego pela violência", *O Globo*, 19/02/99, pág. 5.

15. George ALONSO, "Saques dois supermercados na capital paulista", *O Globo*, 19/02/99, pág. 5.

16. "No mês, a alta já foi de 4,89%, segundo o Procon-Dieese. O câmbio não explica esses aumentos, mas eles devem resultar, politicamente, numa árdua batalha no Congresso pelo aumento do salário mínimo." Teresa CRUVINEL, "A cesta sobe", *O Globo*, 19/02/99, pág. 2.

17. Celso FURTADO, "Que moratória", *Folha de São Paulo*, Cad. "Mais!", pág. 5-5.

C O N T E U D O

Cresceu nosso endividamento externo e interno e manifestou-se o desequilíbrio na balança de pagamentos. Optou-se, nesse quadro, pela estabilidade monetária e pela captação de dividendos políticos dela advindos. A reeleição do Presidente deu-se nesse contexto. Essa, associada ao naufrágio do real, está sendo considerada uma verdadeira fraude eleitoral¹⁸.

As âncoras dessa situação intencionalmente criada foram: moeda sobrevalorizada e juros altos. Facilitou-se o endividamento externo, dificultaram-se as exportações e inibiu-se a produção real. A nossa moeda perde cada vez mais o seu lastro dentro da realidade nacional. A crise era particularmente grave¹⁹ e está, segundo François Chesnais²⁰, apenas começando. Mas o presidente Fernando Henrique, ao tomar posse novamente do governo, antecipadamente se eximiu dela, pois afirmou no seu discurso que *"ele não quer o papel inglório de ser o gerente da crise"*²¹. Os fatos posteriores mostraram que o Presidente preferiu entregar ao FMI essa gerência.

A moratória mineira, declarada poucos dias antes da desvalorização cambial, apenas funcionou como um pretexto. Sem entrar no mérito da atitude do governador de Minas Gerais, Itamar Franco, a credibilidade externa²² do país foi abalada pelo conjunto da equivocada situação

da nossa dívida externa e interna, das quais a dívida dos Estados é parte.

A atual crise brasileira é, assim, resultado da equivocada política²³ econômica do governo, conduzida desde a entrada em vigor do Plano Real. Ela apenas consumou-se mediante a renúncia do presidente do Banco Central, Gustavo Franco.

A equivocada política econômica levou a dívida pública líquida total (interna e externa) do país a uma situação insustentável. Ela perdeu *"a conexão com a expansão da produção e do emprego e elevou-se desmesuradamente, como é o caso brasileiro do último quadriênio, a ponto de onerar o setor público consolidado com um estoque líquido de dívidas de cerca de 368,0 bilhões de reais, que deverão, somente em juros, custar ao contribuinte, no ano de 1999, de 12 a 15% do PIB (Produto Interno Bruto); a relação desta com o mundo da vida passa a ser de conflito aberto"*²⁴.

A crise tem também os seus reflexos, pois, *"a abrupta renúncia do presidente do Banco Central do Brasil e a subsequente desvalorização da moeda intensificam as preocupações de que a mais poderosa economia da América Latina possa empurrar a região na direção de um grave colapso econômico"*²⁵.

Não é só o Brasil e a economia latino-americana que correm riscos. O cenário

18. Mino CARTA, "O naufrágio do real e a fraude eleitoral", *Carta Capital*, 03/02/93, pág. 4.

19. João Bosco LODI, "O enigma de 1999", *Carta Capital*, ano IV, nº 90, 20/01/99, pág. 24.

20. Fernando EICHENBERG, "Crise está apenas começando", *Jornal do Brasil*, 18/01/98, pág. 12. Entrevista com François CHESNAIS, *"principal economista da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) até 1992, hoje ele é professor de Economia Internacional da Universidade de Paris XIII."*

21. Raymundo FAORO, "A corte e o resto", *Carta Capital*, ano IV, nº 90, 20/01/99, pág. 19.

22. "Turbulência prossegue no Brasil", *The Economist*, tradução da Gazeta Mercantil, 08/02/99, pág. A-3.

23. *"É sabido que essa nova política foi concebida nos Estados Unidos, com a colaboração de técnicos do Fundo Monetário Internacional, o que explica que não se haja tido em conta as peculiaridades do processo legislativo brasileiro, o qual está longe de ter a racionalidade ao gosto dos tecnocratas. Por outro lado, os dividendos políticos produzidos pela estabilização dos preços inebriaram os dirigentes do Poder Executivo, cujo comando se dispôs a aceitar qualquer risco que lhe garantisse a reeleição"*. Celso FURTADO, "Que moratória?", *Folha de São Paulo*, Cad. "Mais", 24/01/99, pág. 5-5.

24. Guilherme DELGADO, "A dívida pública e o mundo da vida", artigo inédito para a revista *Tempo e Presença*.

25. Breaking News, *The New York Times*, Internet, 13/01/99.

mundial, como sabemos, é cada vez mais instável e interligado. As instituições de ajuda, como o FMI, mostraram a grande ineficiência²⁶ de suas receitas de salvação. Isso ficou evidente no caso da crise asiática, o que mostra com vigor como têm razão os seus críticos²⁷.

A economia norte-americana também corre risco. Aliás, é esse o motivo principal das contínuas pressões que, no momento, se fazem sentir por parte das nações ricas, em especial os Estados Unidos²⁸. O interesse das grandes economias mundiais de vir em socorro do Brasil, bem como o do próprio FMI, não se explica apenas por razões humanitárias. Ele, aliás, é melhor entendido pela pressão de credores que aqui têm seus recursos aplicados.

A ajuda ao Brasil também se explica pelo risco que corre hoje a economia global cada vez mais controlada pelo sistema financeiro, altamente especulativo e volátil. A parada cardíaca da economia do Brasil *"é mais um sintoma de que o capitalismo global não deixará a UIT"*²⁹. As nossas reservas se foram, pois o país foi utilizado como depositário fiel, através da grande ficção monetária que foi o Real. Como nossa economia, em tempos

de Real, foi toda ela orientada para a inserção subordinada a esse capitalismo global, o país corre um sério risco de ter que emitir novamente moeda e caminhar rumo à hiperinflação, num contexto altamente recessivo. O Estado deve em dólares, as empresas também e toda a produção depende de componentes importados. Os preços de produtos primários ou manufaturados para exportação, hoje em dia, equiparam-se aos preços internacionais. Restam dois caminhos: dolarização³⁰ plena ou emissão de moeda. Mas os analistas³¹ acham que, mais cedo ou mais tarde, o feitiço virará contra o feiticeiro, pois *"a fagulha da crise monetária chispará também sobre as três moedas-chaves"*³²... *"Tolo daquele que espera uma vencedora entre elas."*

As medidas agora propostas internamente pelo FMI, já que o governo não fez em tempo hábil o dever de casa da reforma fiscal, todas elas penalizam com impostos e obrigações os já sobrecarregados e explorados de sempre: assalariados e aposentados. Há também outras razões que levam a desconfiar de que o estrito controle dos gastos públicos, ou não se fará, ou encontrará muitas e for-

26. "Risco de moratória", *Carta Capital*, 03/02/99, pág. 25.

27. "Crise mundial coloca o FMI sob pressão", *The Economist*, tradução da Gazeta Mercantil, 08/02/99, pág. B-6. "O receituário dúbio do FMI", *The Economist*, tradução da Gazeta Mercantil, 10/02/98, pág. A-1 e B-4. Jeffrey SACHS, "O FMI e o colapso do Brasil", *Gazeta Mercantil*, 28/01/99. Pág. A-3. Para o autor *"as negociações do Fundo Monetário Internacional (FMI) com o Brasil nos últimos dois anos constituem um verdadeiro manual sobre fracasso de administração monetária"*.

28. Joshua Cooper RAMOS "Os heróis do mercado", *Time Magazine*, tablóide da Folha de São Paulo, 11/02/99, Vol. 2, n.º 6, pág. 5-9. O autor analisa *"como os três mosqueteiros do mercado têm conseguido impedir o colapso da economia global - até agora"*. São eles Robert RUBIN, Alan GREENSPAN e Laurence SUMMERS no Departamento do Tesouro norte-americano.

29. Robert KURZ, "A capitulação do Brasil", *Folha de São Paulo*, 24/01/99, Cad. Mais!, pág. 5-3. O autor mostra claramente a armadilha em que se meteu o Brasil e todos os outros países emergentes que se endividaram em moeda forte.

30. *"Não se deve perder de vista que a crise econômica atual poderá ter consequências estratégicas da maior relevância para o Brasil. Se a flutuação cambial não for bem conduzida, se o Banco Central não souber protegê-la da excessiva volatilidade dos movimentos internacionais de capital, aumentará a pressão para que o Brasil caminhe na direção de algum esquema de subordinação monetária ao dólar e faça outras concessões aos EUA."* Paulo NOGUEIRA BATISTA JR. "Uma opinião subversiva", *Folha de São Paulo*, 18/02/99, pág. 2-2.

31. Robert KURZ, "A capitulação do Brasil", *Folha de São Paulo*, 24/01/99, Cad. Mais!, pág. 5-3.

32. São elas o Dólar, o Iene e o recém criado Euro (ou até agora o Marco Alemão).

tes resistências³³ por diversos motivos: a qualidade da aliança governista, a pressão dos endividados, a inevitável inflação vindoura, o aumento do desemprego e os problemas do Mercosul.

Nem de longe se pensa em cortar privilégios nem taxar ou investigar grandes fortunas descobertas pela simples cobrança da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras).

Nesse sentido, é extremamente significativa a entrevista³⁴ do Secretário Nacional da Receita Federal. Suas revelações mostram que quase tudo seria resolvido, em termos de ajuste fiscal, se apenas se conseguisse cobrar a sonegação revelada pela cobrança da CPMF. E mais ainda, o estudo revela que a sonegação não é peculiaridade do setor informal, mas antes de pessoas jurídicas de grande porte. Infelizmente, a legislação atual, conclui o secretário, não permite a utilização das informações para abrir processos de cobrança.

A polêmica³⁵ recente envolvendo denúncias, levantadas pelo economista Paul Krugmann³⁶ e, posteriormente, por ele mesmo desmentidas de que o novo presidente do Banco Central, Armínio Fra-

ga, teria repassado informações privilegiadas ao seu ex-patrão, George Soros, mega especulador internacional, reabre a questão ética do conluio³⁷ entre o dinheiro público e a usurpação do mesmo pela iniciativa privada e grupos subterrâneos agindo em "circuito fechado".

Há, também, denúncias de que grandes bancos³⁸, "a maioria de instituições estrangeiras"³⁹, fizeram operações fora do comum antes da desvalorização cambial, também se utilizando de informações, obtendo com isso rápidos e fantásticos lucros. A discussão, no âmbito dos operadores de mercado e do governo, é absorvida infelizmente sem a mínima vontade de apuração ou de enxergar a dimensão ética de tais denúncias.

Análises⁴⁰ mostram como tudo isso acontece no contexto de um pseudo "novo Renascimento" tão anunciado pelos arautos do pensamento único e hegemônico, em vigor nesses últimos cinco anos de glória do Plano Real.

Torna-se mais simples e mais fácil agora entender o prestígio das idéias hegemônicas, reduzidas a pedaços, fundadas no neoliberalismo reinante entre 1983 e 1997.

33. Cf. Antônio BRUSSI, "Requiescat in pace 'revolução heterodoxa'", *Polêmica* - Informativo do CA de Ciência Política - UNB, Janeiro de 1999, pág. 4.

34. Claudia SAFATELE, "Quase um PIB escapa do Fisco", *Jornal do Brasil*, 24/01/99, pág. 15. Segundo o secretário da Receita Federal "cerca de R\$ 825 bi de renda tributável no país estão fora do alcance da Receita Federal".

35. Elio GASPARI, "Ligações perigosas constroem o governo", *Folha de São Paulo*, 17/02/99, pág. 2-5.

36. Paul KRUGMANN, artigo inédito na revista eletrônica *Slate da Microsoft*, 12/02/98. Em 16/02/99 Krugmann publica nota desmentindo as suas afirmações especificamente contra Armínio Fraga. Cf. Igor GIELOW, "Krugmann nega ter provas contra Fraga", *Folha de São Paulo*, 17/02/99, pág. 2-1. Marcelo DIEGO, "Krugmann pede desculpas a Armínio Fraga", *Folha de São Paulo*, 18/02/99, pág. 2-4.

37. Jânio de FREITAS, "As fontes subterrâneas", *Folha de São Paulo*, 19/02/99, pág. 1-5.

38. Vicente NUNES (colaborou MÔNICA IZAGUIRRE), "BC apura vazamento na mudança de câmbio", *Gazeta Mercantil*, 09/02/99, pág. B-1. "O assunto vem sendo tratado com grande sigilo pelos fiscais do Banco Central porque as suspeitas do vazamento de informações estão recaindo sobre pessoas que fazem ou fizeram parte do primeiro escalão do próprio governo". Cf. Altair SILVA, "O BC fareja o mercado de câmbio", *Gazeta Mercantil*, 10/02/99, pág. A-1 e B-1.

39. Clóvis ROSSI, "Mais folia no BC", *Folha de São Paulo*, 17/02/99, pág. 1-2.

40. "A ilusão dos neobobos", *Resenha da Internet*, - O fim do real e os rumos do Brasil - 03/02/99. O estudo é interessante para compreender como "nações em desenvolvimento" se tornaram "apenas mercados emergentes".

Está cada vez mais clara a profunda ingerência do FMI⁴¹ nos rumos da economia do país. As nossas autoridades, pelas decisões tomadas diante da crise, preferem se sujeitar às regras internacionais. Entre as alternativas de submissão total ou a moratória civilizada, escolheram a primeira, preparada meticulosamente tanto no plano interno quanto no plano externo. Para quem ainda tinha dúvidas de que estamos, de fato, sob o controle financeiro externo, a simples presença⁴² de Stanley Fischer, vice-presidente do FMI, junto ao ministro da Fazenda Pedro Malan na entrevista explicativa da revisão dos acordos foi o suficiente para mostrar quem orientava os rumos da economia do país.

No auge da crise isso também ficou evidente na tempestiva ida a Washington, num fim de semana, das maiores autoridades financeiras do país. Em seguida, após a rasteira do mercado financeiro especulativo no então recém-escolhido Presidente do Banco Central, Francisco Lopes, esse, talvez num gesto de repúdio a tal ingerência, preferiu não continuar. A escolha de Armínio Fraga — assessor de um mega especulador internacional — para novo presidente do Banco Central foi a consumação daquela ingerência. Entregue o Banco Central a um especialista da especulação, segundo as justificativas dadas, o país estaria apto a enfrentar os especuladores mediante a autêntica disputa de espaços entre eles próprios. Nada melhor para inibir ou controlar o mercado especulativo do que um especulador. Em outras palavras, trata-

se de acreditar em quem conhece e age com os mesmos métodos do mercado.

A estratégia⁴³ do FMI parece ser a de vencer pelo cansaço, já que há, da parte do governo, uma visível hesitação a respeito de qual caminho seguir. Vencido pelo cansaço, o país será definitivamente entregue ao sistema financeiro internacional. O dólar seria, à semelhança da Argentina, a moeda corrente.

Tudo indica que o país está na contramão da história⁴⁴, onde os mais sacrificados serão novamente os mais pobres.

Nesse novo contexto de discussão, o Brasil, tendo interrompido sua trajetória histórica de um projeto nacional autônomo, torna-se agora *"a cobaia de um novo modelo de dolarização que subordina o País a decisões externas e reduz ao mínimo a vida democrática"*⁴⁵.

A Dimensão Política da Crise

É bom não esquecer as dimensões políticas da atual crise no país. É significativo o fato de que a forma mais contundente de reação tenha partido de um governador como Itamar Franco. As antigas lideranças sociais, mais expressivas, até agora têm tido dificuldades para se articularem. A imprensa hegemônica e os empresários, até então governistas, estão assustados. Vários líderes da oposição também se levantaram, alguns até propondo a renúncia do Presidente, causando grandes polêmicas⁴⁶. Ainda é uma incógnita a reação das massas populares.

Há uma preliminar em toda essa discussão. É arriscado apostar na quebra das

41. "Acordo reafirma parceria com FMI", *Gazeta Mercantil*, 6 e 7/02/99, pág. A-8. "Novo acordo com o FMI exige mais ajuste fiscal", *Gazeta Mercantil*, 6 e 7/02/99, pág. A-7.

42. Márcio MOREIRA ALVES, "A Cobra e o Rabo", *O Globo* 11/02/99, pág. 4.

43. Celso FURTADO, "Que moratória?", *Folha de São Paulo*, Cad. "Mais", 24/01/99, pág. 5-5.

44. José Luís FIORI, "A ilusão do desenvolvimento", *Folha de São Paulo*, 24/01/94, Cad. Mais!, pág. 5-4, 5-5.

45. José Luís FIORI, "A ilusão do desenvolvimento", *Folha de São Paulo*, 24/01/94, Cad. Mais!, pág. 5-4.

46. Tarso GENRO, "Por novas eleições presidenciais", *Folha de São Paulo*, 25/01/99, pág. 1-3.

instituições democráticas como meta política. O caminho é o de questionar profundamente o atual modelo econômico implantado no país e a forma pela qual o governo continua insistindo em justificá-lo.

Hoje temos o país submetido aos ditames e interesses dos especuladores financeiros internacionais. A sociedade civil está à margem de todas as discussões e o Congresso Nacional é induzido a tudo aprovar. As medidas de ajuste fiscal são apresentadas sem alternativas, como se fossem a salvação da pátria ameaçada.

A mídia ainda mantém uma lamentável complacência, mesmo abalada nas suas convicções e interpretações. *"O governo obteve espetacular sucesso em sua trajetória de encurralar o país. Do Congresso, hoje obterá tudo. Se não for obstado pelos Governadores, continuará em sua marcha para a completa centralização econômica, além de reduzir drasticamente a concorrência política mediante reformas partidárias e eleitorais, em tramitação com o apoio suicida da classe política"*⁴⁷.

É evidente e urgente reverter essa vertente política e oficial da crise. Se de um lado não se pode apostar na quebra das instituições democráticas, de outro não se pode tolerar que elas sejam utilizadas para induzir outra crise, amplamente escudada nos requisitos da lei, dentro do quadro de hegemonia no qual se escuda a mão única governamental. Nessa perspectiva alguns analistas⁴⁸ temem que possa estar em andamento outro tipo de violência institucional gerada e *"longamente induzida pelo gover-*

no" ou seja, *"um verdadeiro golpe de Estado não-Fujimoriano, que produzirá efeitos similares, com a lamentável complacência da grande imprensa"*.

A questão política desdobra-se com o impasse criado com a situação das dívidas dos Estados. Os Governadores de oposição insistem em renegociar as dívidas assumidas anteriormente. A chamada "Carta de Belo Horizonte"⁴⁹ esboçou as grandes linhas do pensamento daqueles Governadores.

Efeitos da Desvalorização da Moeda

Foi toda a economia no seu conjunto que se desorganizou com a desvalorização da moeda. Os investimentos entraram em compasso de espera⁵⁰. Agravou-se a concentração de renda que já é uma calamidade nacional. Há uma reversão do quadro das expectativas do sucesso do Plano Real.

Os pobres foram os primeiros a sentir os seus efeitos positivos com quebra do chamado imposto inflacionário, desde o início do plano até há bem pouco tempo. Serão eles os primeiros, agora, a perder esse benefício inicial do plano, pois *"a desvalorização corrói os ganhos da população"*⁵¹. A moeda desvalorizada, por si só, já é uma forma de confisco. Além do mais, o cenário que desponta é o de inflação crescente, de preços altos e de arrocho salarial.

Demissões e Desemprego

Há um imenso choque negativo no mercado de trabalho. Ele se mede não tanto pela perda de emprego mas pelo crescimento da informalidade. Aceita-se ganhar menos para não perder o lugar de trabalho. Muitos acordos⁵² que ulti-

47. Wanderley Guilherme DOS SANTOS, "Nostalgia do silêncio", *Folha de São Paulo*, 24/01/99, Cad. Mais!, pág.5-7.

48. Wanderley Guilherme DOS SANTOS, "Nostalgia do silêncio", *Folha de São Paulo*, 24/01/99, Cad. Mais!, pág.5-7.

49. "Íntegra da carta de Belo Horizonte", *Correio Braziliense*, 19/01/99, pág. 08.

50. Bernardo DE LA PEÑA, Érica FRAGA, Marcelo REHDER, Agnaldo NOVO e Cristina CANAS, "Um país em compasso de espera", *O Globo*, 31/01/99, pág. 33.

51. Flávia OLIVEIRA, "Desvalorização vai agravar a concentração de renda", *O Globo*, 31/01/99, pág. 37.

52. Elvira FANTIN, Iara GOMES, Cindy CORRÊA, e Daniela CARIDE, "Volvo dá férias coletivas e GM quer reduzir salários", *Gazeta Mercantil*, 28/01/99, pág. A-12.

mamente têm sido feitos entre empresas e trabalhadores vão nessa direção. Há um visível aviltamento do contrato de trabalho. É bom lembrar que continua sendo reeditada a Medida Provisória que não permite a indexação dos salários.

Espelho dessa situação é a crise dos operários da Ford que se arrasta e preocupa. Mesmo tendo sido suspensas⁵³ as demissões, continua a indefinição. Tal situação é o retrato da crise mais global pela qual passa o país.

Para refletir⁵⁴:

- sobre as possibilidades de o novo Congresso estar à altura das exigências éticas do momento;
- a crise central do governo é de credibilidade. Ele a perdeu, tanto interna quanto externamente. O grande drama é como recuperá-la. Ao longo do primeiro mandato, o governo FHC foi gradativamente perdendo a interlocução com amplos setores da sociedade organizada, com os trabalhadores, com a comunidade universitária, com a quase totalidade dos partidos de oposição, com lideranças representativas do Judiciário. Há no momento também a dificuldade de interlocução com os governadores, por causa das dívidas dos Estados. A vitória eleitoral para o segundo mandato foi construída em cima da estabilidade, última âncora de credibilidade que acaba de ruir;
- recuperar a credibilidade não é tarefa fácil, exigirá uma união nacional, em bases mais transparentes, em torno de questões centrais que afligem o povo: emprego, saúde, alimentação, transportes, moradia. Trata-se de recuperar os benefícios sociais;
- a restauração do compromisso com o povo e com as suas lutas.

PRESENÇA PÚBLICA DA IGREJA

A Igreja e Desemprego: Campanha da Fraternidade

O lançamento⁵⁵ da Campanha da Fraternidade, versão 1999, ocupou significativamente o vazio do término do carnaval. O tema e o lema não podiam ter sido mais oportunos, diante da grave crise pela qual passa o país. A opinião pública pode perceber, seja no próprio lançamento, seja pelo que foi dito, escrito, falado e visto nos meios de comunicação social o quanto é importante a Igreja marcar sua presença no social. O desemprego é uma das questões fundamentais que atinge hoje milhões de brasileiros, não importa a sua condição social. O desemprego só tende a se ampliar no quadro recessivo crescente, imposto pela política de juros altos, pelos acordos

com o FMI, por ajustes fiscais mal conduzidos, com insuportáveis cortes orçamentários na área social⁵⁶.

Com a Campanha da Fraternidade, a Igreja tem uma rara oportunidade de se fazer presente junto à sociedade e de ajudar em gestos concretos, mobilizando a criatividade de pessoas e das instituições. O tema escolhido, tão atual dentro desse contexto de crise, não se atém meramente às conseqüências do flagelo do desemprego, já tão conhecidas e denunciadas, mas busca chegar às suas causas: modelo neoliberal em curso no país, excessivo endividamento interno e externo. Ressalta-se a importância de não abandonar, ao contrário, priorizar os projetos na área social⁵⁷. Há quem diga que a Igreja recu-

53. "Demissões na Ford são suspensas, mas indefinição continua", *Correio da Cidadania*, 6 a 13 de fevereiro, p. 6.

54. Sugestões-síntese colhidas por Marcos LINS, após uma reflexão com um grupo de pessoas.

55. "CNBB lança campanha com críticas ao governo", *Folha de São Paulo*, 17/02/99, pág. 1-1 e 1-5.

56. Valdo CRUZ e Vivaldo de SOUZA, "Corte adicional deverá chegar a R\$ 3 bi", *Folha de São Paulo*, 14/02/99, p. 1-5.

57. Isabel de PAULA, "A CNBB diz que o pagamento de dívidas estaduais não pode afetar área social", *O Globo*, 10/02/99, pág. 4. A articulista dá destaque ao fato de que a "Entidade critica o ajuste do Plano Real e pede o cancelamento de parte do débito".

pera, neste momento, a liderança de outros tempos⁵⁸.

O Papa, a Ação Pastoral para a América Latina e a Situação Brasileira

Nova visita do Papa à América, mais precisamente ao México (América Latina) e aos Estados Unidos, entre 22 e 27 de janeiro de 1999. Visita de cunho pastoral, muito valorizada por causa dos seus sofrimentos físicos⁵⁹, mas inevitavelmente com contornos políticos. Foi a oportunidade de lançar o documento do Sínodo das Américas, realizado em 1997, cujas proposições e considerações são agora apresentadas em caráter oficial sob a forma de uma Exortação Apostólica pós-Sinodal⁶⁰.

Alguns temas polêmicos são abordados em seus discursos, como a pena de morte, dívida externa dos países pobres e aspectos dos direitos humanos já constantes em sua mensagem para o Dia Mundial pela Paz neste ano.

A grande novidade é a cautela com que é tratada a nova ordem mundial, após a queda do muro de Berlim. Na agenda do Papa já existem muitos temas de violação dos direitos humanos: o aborto, a pena de morte⁶¹, a proliferação de armas, entre outros. O Papa⁶², porém, vê atualmente *"a ordem econômica global como uma das*

*maiores fontes de violações dos direitos humanos"*⁶³.

As crises econômicas mostram o lado negativo da globalização e o endeusamento do mercado. Alguns países das chamadas economias emergentes viram, de repente, suas esperanças frustradas. O documento sinodal alerta para esses riscos *"...se a globalização é dirigida pelas puras leis de mercado aplicadas conforme a conveniência dos mais poderosos, as conseqüências só podem ser negativas"*.

O Brasil, com a recente crise, já ultrapassou a margem de risco contida naquela observação papal, pois *"os efeitos das recentes crises econômicas abateiram-se gravemente sobre inúmeras pessoas, que ficaram reduzidas a condições de pobreza"*. Mesmo reconhecendo os benefícios, *"muitas delas tinham chegado, ainda há pouco tempo, a uma situação que lhes permitia olhar o futuro com alentadora esperança"*⁶⁴.

Nesse contexto o Papa lança veemente apelo *"àqueles que têm responsabilidade nas relações financeiras em nível mundial, para que tenham a peito a solução do problema inquietante da dívida internacional das nações mais pobres"*⁶⁵. *"Exige-se, sem demora, um esforço vigoroso que consinta ao maior número possível de países sair,*

58. Adroaldo STRECK, "A Igreja volta a liderar", *Correio do Povo*, 19/02/99.

59. "O Cardeal Rivera disse: vem a nós um Papa, não na sua plenitude, mas combalido fisicamente. Para nós cristãos isso tem um grande valor: ele traz a sua mensagem não na plenitude, mas em meio à dor". Cf. *Jornal do Brasil*, 23/01/99, pág. 8.

60. "Ecclesia in America", Libreria Editrice Vaticana.

61. "Papa prega o fim da pena de morte", *Jornal do Brasil*, 28/01/99, pág. 11.

62. Renan Antunes de OLIVEIRA, "Papa defende índios e critica a globalização", *Estado de São Paulo*, 24/01/99, pág. A-10. Idem, "Nos EUA, Papa criticará efeitos da globalização", *Estado de São Paulo*, 26/01/99, pág. A-9. Mário Andrada e SILVA, "Papa critica as mazelas da globalização", *Jornal do Brasil*, 25/01/99, pág. 7.

63. Newton CARLOS, "Esperando João Paulo II", *Correio da cidadania*, 16 a 23 de janeiro de 1999, pág. 3.

64. JOÃO PAULO II, "Mensagem para o Dia Mundial da Paz", 1º de janeiro de 1999. Encarte do *Boletim Notícias da CNBB*, n.º 9, pág. 6.

65. JOÃO PAULO II, "Mensagem para o Dia Mundial da Paz", 1º de janeiro de 1999. Encarte do *Boletim Notícias da CNBB*, n.º 9, pág. 6. A questão é também abordada na exortação "Ecclesia in America" no n.º 22: *"Compreende-se ainda melhor a gravidade da situação se se leva em conta que 'só o pagamento dos juros já constitui para a economia das nações pobres um peso que priva as autoridades da disponibilidade de dinheiro necessário para o desenvolvimento social, educação, saúde e a instituição de um fundo gerador de empregos"*.

por ocasião do ano 2000, de uma situação claramente insustentável.”

Os fatos atuais, que se sucedem na ordem econômica e financeira, necessitam ser repensados em escala mundial. Eles mexem na estrutura social e na qualidade de vida das nações e das pessoas. O Brasil é o alvo mais recente, atingido em cheio pelos malefícios da globalização neoliberal, pelo excesso de confiança de nossos governantes nas inexoráveis leis de mercado.

Percebe-se que há um conflito de natureza ética por trás dos acontecimentos e das advertências de pessoas sensatas e, particularmente, daquelas com algum tipo de responsabilidade com o bem comum da humanidade. As autoridades monetárias e os governos mais lúcidos

percebem o caos que pode advir para toda economia, caso continue sem limites a ganância dos especuladores.

As pessoas preocupadas com o bem comum intuem como é injusta uma ordem, cuja produção se concentra nas mãos de poucos. Se já era complicado diante das exigências de justiça, da solidariedade e do bem comum repensar a economia de produção, equilibrar o trabalho e o capital, imagine-se agora, com esta imensa distância que se está solidificando entre o valor do dinheiro, arbitrado pelo lucro extorsivo dos especuladores, e a realidade de produção. Nessa perspectiva, deve-se começar a repensar como é injusta a atual ordem econômica mundial e o peso de qualquer dívida, potencializada pelo fenômeno da globalização.

Para refletir⁶⁶:

- a sociedade brasileira olha para a Igreja Católica com respeito e confiança como voz dos que não têm voz. Que dizer da situação nacional à luz da palavra do Papa e das advertências das pessoas de bom senso?
- governo, diante da crise no país, convoca a população à união em defesa da sua própria credibilidade e a da moeda nacional;
- a Igreja se ocupa com os sofrimentos do povo. Ela, na prática, pretende dar prioridade aos pobres. Pode-se dizer que toma partido pelos mais pobres. Há um discernimento a ser feito e uma clara posição a ser tomada, clarificando em torno de que objetivos devemos nos unir;
- não se trata, evidentemente, da união em torno da confiança nas instituições de mercado. O discernimento se fará numa perspectiva ética, chegando a propostas de nova ordem econômica, mais solidária e mais justa;
- a Comissão Brasileira de Justiça e Paz e a Ordem dos Advogados do Brasil já manifestaram as suas apreensões em notas públicas;

2. EM SÍNTESE, ONDE ESTAMOS?

O horizonte do novo ano se abre com o novo desafio de controlar o fluxo desmesurado do patrimônio produtivo em direção à insaciável sede do capital especulativo. Os interesses fundamentais do cidadão comum precisam ser acrescentados à agenda das discussões econômicas e políticas. Algumas elites mundiais, particularmente as financeiras, pa-

recem pouco interessadas nessa discussão fora das leis estritas de mercado. Outras, como a social democracia europeia, parecem buscar o equilíbrio entre estabilidade econômica, crescimento e garantia de empregos. Isso significa que os direitos sociais precisam recuperar o seu espaço na discussão dos rumos da economia mundial. Trata-se de uma nova

66. Sugestões de várias pessoas, colhidas em base a uma minuta condensada por Marcos LINS.

proposta capaz de garantir, tanto a democracia econômica quanto, a democracia política.

O Plano Real vive no Brasil a hora da verdade. O governo, envolvido pela desvalorização da moeda, perde a sua última âncora de sustentação popular. A sua credibilidade interna e externa está difícil de ser recuperada. As primeiras medidas de salvação são confusas e atabalhoadas, revelando o equívoco da política econômica governamental.

A rixa com os Governadores de oposição, detonada pela moratória decretada pelo governador de Minas Gerais, serviu de pretexto ao governo federal para negar sua responsabilidade pela crise e fugir de sua obrigação de gerenciá-la. Há desdobramentos políticos e sociais imediatos. O descontrole da economia é generalizado. Cresce o custo social em consequência da perda de poder aquisitivo acarretado pela desvalorização da moeda. O desemprego só tende a aumentar, bem como o risco de voltar a inflação, sem mecanismos de proteção. Tudo isso no contexto de uma economia em recessão.

A base de sustentação política do governo pode se esfacelar, tendo em vista a fragilidade dos acordos. Muitos dos atuais partidos de apoio certamente não quereão correr o risco de colher dividendos políticos negativos daqui para frente.

A crise brasileira coloca em risco a economia do Mercosul e fragiliza a economia mundial. A submissão incondicional ao FMI é o instrumento adequado para que os credores e especuladores internacionais sejam preservados, pouco importando o futuro do Brasil e o do seu povo. Essa ingerência do FMI, cada vez mais evidente, é um risco à identidade, à soberania nacional e à própria democracia.

Cabe às Igrejas, em particular à Igreja Católica seguindo as exortações do Papa João Paulo II, à Sociedade Civil organizada e às pessoas de bom senso reafirmar o seu compromisso com o povo, com o seu sofrimento e a sua luta, como sendo a base de união nacional. Seria um desastre e traição deixar o país ser levado de roldão pelas leis de economia de mercado e por alguns ilegítimos interesses internacionais.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. São vários os pontos para reflexão e debate inseridos ao longo do texto. Selecione, com a sua comunidade, aqueles que lhes pareçam mais importantes ou mais interessantes e procurem trocar idéias sobre eles.
 2. Como sua comunidade e/ou província tem se situado diante dos grandes desafios da atual conjuntura do País? Como ajudar as pessoas a crescerem na consciência de cidadania e na consciência crítica diante da realidade sócio-econômica e política atual?
-

Objetivo Geral

“Sensível aos ‘sinais dos tempos’, em criatividade fiel ao Evangelho segundo os carismas fundacionais, em atuação intercongregacional e parceria com leigos e leigas, dentro da comunhão eclesial, A CRB SE PROPÕE A ANIMAR UM PROCESSO DE REFUNDAÇÃO DA VIDA RELIGIOSA, enraizado na *mística evangélica* que brota da ternura e compaixão de **Deus Pai e Mãe** vivido em *missão inculturada* sob o dinamismo do **Espírito**, e em *presença solidária* entre os pobres, no seguimento de **Jesus Cristo** para a transformação social, em vista do Reino

Linhas inspiradoras:

- 1) Espiritualidade integradora de diversas dimensões da vida e geradora de compromisso;
- 2) Experiência de discipulado no processo formativo;
- 3) Diálogo com os diferentes sujeitos culturais;
- 4) Inculturação do ser e da missão da Vida Religiosa;
- 5) Solidariedade cristã nas questões de gênero, etnia, exclusão e meio ambiente;
- 6) Solidariedade profética e qualificada;
- 7) Vida comunitária personalizada e participativa;
- 8) Juventude e futuro.

“Que Maria, Mãe e Companheira, e todas aquelas e aqueles que, sensíveis aos ‘sinais dos tempos’, nos precederam na caminhada, fortaleçam nosso empenho e criatividade fiel”.